

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**  
**Faculdade de Administração e Turismo**  
**Programa de Pós-Graduação Profissional em Administração Pública em Rede**  
**Nacional – Profiap**



Dissertação

**Os efeitos da concessão de crédito rural no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no município de Canguçu/RS**

**IGNÁCIO NUNES DE GOMES**

Pelotas, 2018

**IGNÁCIO NUNES DE GOMES**

**Os efeitos da concessão de crédito rural no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no município de Canguçu/RS**

Dissertação apresentada à banca examinadora do Curso de Mestrado Profissional em Administração Pública da Universidade Federal de Pelotas como requisito parcial para obtenção da titulação de mestre.

Orientador: Prof. Dr<sup>a</sup>. Simone Portella Teixeira de Mello.  
Coorientador: Prof. Dr<sup>a</sup>. Eliane Moreira Sá de Souza

Pelotas, 2018

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas  
Catalogação na Publicação

G633e Gomes, Ignácio Nunes de

Os efeitos da concessão de crédito rural no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no município de Canguçu/RS / Ignácio Nunes de Gomes ; Simone Portella Teixeira de Mello, orientadora ; Eliane Moreira Sá de Souza, coorientadora. — Pelotas, 2018.

82 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação Profissional em Administração Pública em Rede Nacional, Faculdade de Administração e de Turismo, Universidade Federal de Pelotas, 2018.

1. PRONAF. 2. Agricultura familiar. 3. Desenvolvimento local. I. Mello, Simone Portella Teixeira de, orient. II. Souza, Eliane Moreira Sá de, coorient. III. Título.

CDD : 658

IGNÁCIO NUNES DE GOMES

**Os efeitos da concessão de crédito rural no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no município de Canguçu/RS**

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Administração Pública, Programa de Pós-Graduação em Administração Pública em Rede Nacional – PROFIAP, Faculdade de Administração e de Turismo, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 17/12/2018

Banca examinadora:

.....  
Prof. Dr<sup>a</sup>. Simone Portella Teixeira de Mello (Orientadora)  
Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

.....  
Prof. Dr<sup>a</sup>. Eliane Moreira Sá de Souza (Coorientadora)  
Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina

.....  
Prof. Dr. Diogo Joel Demarco  
Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo

.....  
Prof. Dr. Everton Anger Cavalheiro  
Doutor em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus acima de tudo, a minha família pelo apoio incondicional, ao Banco do Brasil pelo incentivo ao desenvolvimento acadêmico e profissional, as lideranças de Canguçu pelo apoio a este projeto, a Universidade Federal de Pelotas e seus mestres pelos ensinamentos, a minha orientadora por ter me guiado nesta caminhada e aos amigos que fiz, meus colegas, que trilharam junto a mim este caminho do saber.

## RESUMO

GOMES, Ignácio Nunes de. **Os efeitos da concessão de crédito rural no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no município de Canguçu/RS**. 2018. 82f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) – Programa de Pós-Graduação em Administração Pública em Rede Nacional – PROFIAP, Faculdade de Administração e de Turismo, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas/RS, 2018.

O agronegócio sempre esteve intimamente ligado ao desenvolvimento econômico do Brasil. Em 1995, fruto de uma ampla mobilização de entidades representantes da agricultura familiar, é criado o PRONAF, cujo objetivo é apoiar de forma diferenciada o pequeno produtor. No Brasil, são em torno de 4,4 milhões de famílias atuando na agricultura familiar, correspondendo a 84% dos estabelecimentos rurais do país. O objetivo do estudo é analisar os efeitos da concessão de crédito do PRONAF na economia local de Canguçu/RS, município com a maior quantidade de minifúndios do Brasil. Usa-se séries temporais, coletadas no site da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A metodologia compreende o uso de teste de raiz unitária, teste de cointegração de Johansen e teste de causalidade Granger. Complementarmente foram realizadas entrevistas semiestruturadas com as principais lideranças de entidades que tem relevância na execução do programa em Canguçu visando identificar as percepções destes sobre o impacto do PRONAF no desenvolvimento da economia local, na renda e na qualidade de vida do agricultor familiar. Os resultados estatísticos sugerem que uma elevação dos recursos do PRONAF gera tendência de crescimento no PIB do município. Os resultados das entrevistas mostram que o PRONAF impacta positivamente no desenvolvimento econômico do município, cumprindo seu papel ao melhorar as condições de renda e qualidade de vida do agricultor familiar. Como conclusão do trabalho é apresentado um plano de ação, construído a partir da percepção dos atores entrevistados, com objetivo de contribuir no avanço da implementação e execução do PRONAF em Canguçu. Sugere-se para estudos futuros realizar esta análise em outras localidades ou regiões do país.

Palavras-Chave: PRONAF; agricultura familiar; desenvolvimento local

## ABSTRACT

GOMES, Ignácio Nunes de. ***The effects of the rural credit concession under the National Program for Strengthening Family Agriculture in the municipality of Canguçu / RS.*** 2018. 82p. *Dissertation (Professional Master in Public Administration) – Programa de Pós-Graduação em Administração Pública em Rede Nacional – PROFIAP, Faculdade de Administração e de Turismo, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas/RS, 2018.*

*Agribusiness has always been closely linked to Brazil's economic development. In 1995, thanks to a wide mobilization of entities representing family agriculture, the PRONAF is created, whose objective is to support the smallholder in a differentiated way. In Brazil, there are around 4.4 million families working in family agriculture, corresponding to 84% of rural establishments in the country. The objective of the study is to analyze the effects of PRONAF's credit concession on the local economy of Canguçu / RS, municipality with the largest amount of smallholdings in Brazil. Time series are collected on the website of the Special Secretariat for Family Agriculture and Agrarian Development (SEAD) and the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). The methodology includes the use of unit root test, Johansen cointegration test and Granger causality test. In addition, semi-structured interviews were carried out with the main leaders of entities that have relevance in the execution of the program in Canguçu, aiming to identify their perceptions about the impact of PRONAF on the development of local economy, income and quality of life of the family farmer. The statistical results suggest that an increase in PRONAF's resources generates a trend of growth in the municipality's GDP. The results of the interviews show that PRONAF has a positive impact on the economic development of the municipality, fulfilling its role in improving income conditions and quality of life of the family farmer. As a conclusion of the work is presented an action plan, built from the perception of the actors interviewed, with the purpose of contributing to the progress of the implementation and execution of PRONAF in Canguçu. It is suggested for future studies to carry out this analysis in other localities or regions of the country.*

**Keywords:** PRONAF; family farming; local development

## Lista de Gráficos

Gráfico 1: PIB total de Canguçu .....	38
Gráfico 2: PIB agropecuário de Canguçu .....	39
Gráfico 3: PIB industrial de Canguçu .....	39
Gráfico 4: PIB de serviços de Canguçu.....	40
Gráfico 5: Crédito rural total aplicado em Canguçu.....	41
Gráfico 6: Recursos do PRONAF aplicados em Canguçu .....	42
Gráfico 7: Comparativo crédito agro total e PRONAF em Canguçu.....	42
Gráfico 8: IDHM de Canguçu .....	48
Gráfico 9: Componentes do IDHM de Canguçu .....	49
Gráfico 10: Distribuição dos entrevistados por gênero.....	51
Gráfico 11: Declaração racial dos entrevistados .....	51
Gráfico 12: Distribuição dos entrevistados por faixa etária .....	52
Gráfico 13: Tempo de atuação na entidade .....	52
Gráfico 14: Tempo de atuação como gestor .....	53
Gráfico 15: Fatores de impacto na economia local .....	57
Gráfico 16: Fatores de impacto na renda .....	61
Gráfico 17: Fatores de impacto na qualidade de vida .....	65



## Lista de Quadros

Quadro 1 - Linhas de crédito do PRONAF .....	23
Quadro 2 - Entidades habilitadas a emitir a DAP em Canguçu/RS .....	35
Quadro 3: Principais culturas por área plantada em Canguçu .....	36
Quadro 4: Atores entrevistados .....	50
Quadro 5 - Proposta de intervenção (plano de ação).....	71
Quadro 6: Resumo linhas de crédito do PRONAF .....	82

## Lista de Tabelas

Tabela 1: Quantidade contratado por região e Brasil .....	23
Tabela 2: Valor dos contratos por região e Brasil.....	24
Tabela 3: Teste de raiz unitária das variáveis PIB e PRONAF .....	44
Tabela 4: Teste de cointegração das variáveis PIB e PRONAF.....	45
Tabela 5: Causalidade de Granger das variáveis PIB e PRONAF .....	46

## **Lista de Abreviaturas e Siglas**

AFUBRA – Associação dos Fumicultores do Brasil  
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural  
BB – Banco do Brasil  
BCB – Banco Central do Brasil  
BNB – Banco do Nordeste do Brasil  
COSULATI – Cooperativa Sul-Riograndense de Laticínios  
CREAI – Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil  
DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF  
EAD – Ensino a Distância  
EMATER – Associação Riograndense de Assistência Técnica e Extensão Rural  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano  
IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal  
MCR – Manual de Crédito Rural  
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar  
PGPAF – Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar  
PIB – Produto Interno Bruto  
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar  
PNCF – Programa Nacional de Crédito Fundiário  
PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural  
PNRA – Programa Nacional de Reforma Agrária  
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
PROAGRO – Programa de Garantia da Atividade Agropecuária  
PROCERA – Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária  
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
PROVAP – Programa de Valorização da Pequena Produção Rural  
SEAD – Secretária Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário  
SEAF – Seguro da Agricultura Familiar  
SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural  
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

## Sumário

1. Introdução .....	13
2. Referencial Teórico .....	18
2.1 A Agricultura Familiar .....	18
2.2 O PRONAF .....	19
2.3 Políticas de Garantia da Produção .....	25
2.4 Evidências de Causa e Efeito entre Investimento em Agricultura e PIB .....	27
2.5 Qualidade de Vida .....	29
3. Procedimentos Metodológicos .....	31
4. Diagnóstico.....	34
4.1 Histórico do Município de Canguçu .....	34
4.2 PIB de Canguçu .....	37
4.3 PRONAF em Canguçu .....	40
4.4 Análise PIB x PRONAF de Canguçu .....	43
4.4.1 Teste de Raiz Unitária .....	43
4.4.2 Teste de Cointegração .....	45
4.4.3 Teste de Causalidade.....	46
4.5 IDH Municipal .....	47
4.6 O PRONAF sobre a Ótica dos Atores .....	50
4.6.1 Caracterização dos Entrevistados .....	51
4.6.2 Impacto na Economia Local .....	53
4.6.3 Impacto na Renda e Produtividade .....	58
4.6.4 Impacto na Qualidade de Vida .....	61
5. Plano de Ação .....	66
6. Considerações Finais.....	72
Referências .....	74
ANEXOS .....	78
ANEXO A: Roteiro de Entrevista .....	78
ANEXO B: Quadro Resumo Linhas de Crédito DO PRONAF .....	79

## 1. Introdução

A agropecuária é essencial para a economia brasileira, estando intimamente ligada com o desenvolvimento econômico do Brasil. Sartor *et al* (2014) ratificam isso, manifestando que a relevância data desde o período da colonização brasileira. Destacam que as estratégias para a produção agropecuária evoluíram ao longo dos anos e consolidaram-se nos planos de safra, que compreendem um conjunto de ações para apoio ao agronegócio.

Até 1965, o crédito rural era executado somente pelo Banco do Brasil. Os resultados da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil (CREAI), instituída em 1937, foram satisfatórios e atenderam de forma relevante este importante segmento. Instrumentos de fiscalização e aplicação do crédito foram aprimorados e, aos poucos, o crédito rural foi substituindo o crédito informal que havia se estabelecido, muitas vezes em condições abusivas impostas aos produtores (SZMRECSÁNYI e RAMOS, 2002).

Em 05 de novembro de 1965 foi sancionada a Lei nº 4.829 que institucionalizou o crédito rural no Brasil (BRASIL, 1965). Dessa forma, esse importante instrumento foi criado com intuito de apoiar o custeio da produção, sua comercialização, armazenamento, beneficiamento e industrialização. Em que pesem as iniciativas para expandir o crédito rural, até 1981 os resultados observados foram inferiores à evolução do sistema financeiro em geral (SARTOR *et. al.*, 2014).

Nas décadas de 80 e 90, o financiamento ao agronegócio teve forte influência do governo e dependência de recursos oficiais. O crédito era restrito e o acesso seletivo. O Banco do Brasil, banco público nacional e principal agente repassador dos recursos, oferecia soluções em crédito que facilitavam o acesso ao grande produtor, privilegiando de certa forma as transações de maior valor, atendendo assim de maneira desproporcional o grande e o pequeno produtor. O acesso às soluções disponibilizadas foi obtido com mais facilidade pelos clientes com maiores negócios (BIANCHINI, 2015).

Não havia no Brasil, até 1994, uma linha de crédito voltada diretamente para a agricultura familiar. O pequeno produtor rural disputava, de forma desvantajosa, o crédito rural com o grande produtor rural, que tinha maior acesso aos mecanismos de financiamento. (MARIONI *et al*, 2016, p.222).

Em 1995, no início do primeiro mandato do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, foi criado, com intuito de disponibilizar soluções de crédito e apoiar de forma diferenciada o agricultor familiar, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

“O PRONAF surge numa época (1995) na qual o elevado custo e a escassez de crédito eram apontados como os problemas principais enfrentados pelos agricultores, em particular os familiares” (GUANZIROLI, 2007, p.302). Tratava-se de uma solução de microcrédito para um segmento que não conseguia acessar as linhas de crédito tradicionais.

O PRONAF trouxe ao agricultor familiar soluções para financiamento das despesas normais de custeio da produção agrícola e pecuária. Também possibilitava o financiamento de investimentos relacionados à implantação, ampliação e modernização da estrutura das atividades de produção, de armazenagem, de beneficiamento e comercialização da produção.

No Brasil, a maior parte dos estabelecimentos rurais existentes são caracterizados como de agricultura familiar. Representam 84,4% do total de estabelecimentos rurais, segundo dados do Censo Agropecuário de 2006. Trata-se de famílias que vivem em pequenas propriedades e se dedicam à produção de alimentos (SEAD, 2016).

A agricultura familiar responde por 74% dos empregos gerados no campo e é responsável pela produção de mais de 50% dos alimentos da cesta básica brasileira, sendo um importante instrumento de controle da segurança alimentar da população (SEAD, 2017a).

Apesar das políticas públicas creditícias diferenciadas ao setor produtivo do campo, no Brasil, país com forte aptidão para a atividade agropecuária, constatou-se no passado a exclusão do pequeno agricultor, que não conseguia acesso ao crédito tradicional.

Justamente para tentar corrigir tal disparidade, promover o desenvolvimento rural e a melhoria na qualidade de vida do pequeno produtor rural, ao longo dos anos

vem sendo aprimorada a principal política pública de apoio a este segmento, o PRONAF (SEAD, 2016).

Desde a sua criação em 1995, amplo debate ocorreu para determinar se no programa deveriam prevalecer os efeitos sociais redistributivos da política, ideia defendida pelos movimentos sociais que participaram de sua construção, ou se deveria ser uma política social inserida na lógica bancária, centrada na concessão de crédito subsidiado. Prevaleceu assim, a segunda alternativa, e o PRONAF evoluiu segundo a premissa de apoiar iniciativas ou projetos que, além de respeitar as questões ambientais e sociais, sejam economicamente viáveis e gerem de fato renda ao produtor (ZANI e COSTA, 2014).

O PRONAF está presente em quase a totalidade dos municípios brasileiros e atinge hoje toda a diversidade do agronegócio nacional. Ele teve origem em resposta a uma grande mobilização de entidades organizadas de representação de pequenos agricultores que buscavam reduzir a assimetria na distribuição de créditos entre os produtores rurais, disponibilizando ao agricultor familiar acesso ao crédito em condições diferenciadas e facilitadas (PIRES, 2013).

As ações do programa orientar-se-ão pelas seguintes diretrizes: melhorar a qualidade de vida no segmento da agricultura familiar, mediante promoção do desenvolvimento rural de forma sustentada, aumento de sua capacidade produtiva e abertura de novas oportunidades de emprego e renda; proporcionar o aprimoramento das tecnologias empregadas, mediante estímulos à pesquisa, desenvolvimento e difusão de técnicas adequadas à agricultura familiar, com vistas ao aumento da produtividade do trabalho agrícola, conjugado com a proteção do meio ambiente; e fomentar o aprimoramento profissional do agricultor familiar, proporcionando-lhe novos padrões tecnológicos e gerenciais (BRASIL, 1996, p.1).

Bianchini (2015) destaca o fato do Brasil ser um dos poucos países do mundo que congregam um conjunto de políticas públicas para apoio ao pequeno produtor da agricultura familiar, viabilizando o desenvolvimento rural e reduzindo desigualdades sociais.

Estudo de Marioni *et al* (2016), em nível nacional, ratificou que o crédito ofertado nas diversas linhas do PRONAF gera efeito no PIB nacional e em seu componente agropecuário. Logo, pertinente é avaliar como se dá este impacto em

economias locais, especialmente em localidades onde existem uma grande quantidade de agricultores familiares.

Nesse contexto, o município de Canguçu, localidade selecionada para este estudo, se destaca por possuir o maior número de estabelecimentos rurais de agricultura familiar do país, com aproximadamente 10 mil pequenas propriedades (IBGE, 2018). No município, atualmente 63,4% da sua população de 55 mil habitantes moram no meio rural, a qual é responsável por uma produção diversificada, que inclui soja, milho, leite, frutas, hortaliças, feijão, cebola, fumo, criação de bovinos, ovinos e aves (IBGE, 2018). O município possui área geográfica de 3.520,6 km<sup>2</sup>, sendo considerado como a capital nacional da agricultura familiar.

O presente estudo tem como tema estudar os efeitos da concessão do crédito rural no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em uma economia local. Para tanto, foi considerado o período de 2002 a 2015 e selecionado o município de Canguçu/RS, dada a grande quantidade de estabelecimentos rurais de agricultura familiar lá existentes.

A relevância do presente trabalho está no fato de estudar uma das políticas públicas mais duradouras do país e que ao longo dos anos se solidificou como importante instrumento para o desenvolvimento rural (SEAD, 2016), em uma região de grande tradição e concentração de agricultores familiares.

Este estudo possui como objetivo geral: analisar os efeitos da concessão do crédito rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar na economia local do município de Canguçu/RS. Quanto aos objetivos específicos buscou-se identificar junto as lideranças locais a percepção sobre o impacto do PRONAF na economia, na geração de renda e na qualidade de vida do agricultor familiar do município. A partir dos dados levantados e das percepções dos entrevistados, especialmente quanto a eventuais dificuldades no acesso ao programa e potencialidades da região ainda não exploradas, foram propostas ações para melhoria do programa em Canguçu.

Estas ações, consolidadas em um plano de ação, tem como objetivo intervir na realidade local observada a fim de superar as deficiências identificadas e aprimorar a execução do programa, estabelecendo um novo paradigma de acesso aos benefícios do PRONAF no município de Canguçu.



Este estudo foi estruturado em cinco seções: i) referencial teórico, com ênfase para os temas agricultura familiar e as políticas públicas para este segmento, em especial o PRONAF; ii) metodologia, abordando os métodos utilizados; iii) diagnóstico organizacional da execução do PRONAF em Canguçu; iv) plano de ação, com foco na proposição de medidas concretas para o aperfeiçoamento programa; e v) considerações finais.

## 2. Referencial Teórico

### 2.1 A Agricultura Familiar

A agricultura familiar compreende um modelo de agricultura onde a própria família gerencia a propriedade e é responsável pela atividade produtiva. Caracteriza-se por pequenas propriedades rurais cujo objetivo é a produção de alimentos (BIANCHINI, 2015).

A agricultura familiar tem dinâmica e características distintas em comparação à agricultura não familiar. Nela, a gestão da propriedade é compartilhada pela família e a atividade produtiva agropecuária é a principal fonte geradora de renda (SEAD, 2016, p.1).

A agricultura familiar é responsável por 37,9% do valor bruto da produção agropecuária nacional. Nos últimos anos, as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar têm revelado um crescimento considerável do setor, com a implantação de novas tecnologias e técnicas de produção (BUAINAIN *et al*, 2003).

A agricultura familiar tem grande importância para a produção de alimentos e como instrumento do governo para controle e segurança alimentar da população. De acordo com o censo agropecuário de 2006, ela foi responsável pela produção, por exemplo, de 87% da mandioca, 70% do feijão, 60% do leite e 46% do milho produzidos no país (IBGE, 2006). A agricultura familiar responde pela base da economia de 90% dos municípios com até 20 mil habitantes (SEAD, 2016).

Conforme a Lei nº 11.326 de julho de 2006, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006, p.1)

Na mesma legislação consta que também são beneficiários:

I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes; II - aquicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m<sup>3</sup> (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede; III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e fiscadores; IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente (BRASIL, 2006, p.1).

O principal programa voltado para apoiar o agricultor familiar com a concessão de crédito com baixas taxas juros, subsidiadas pelo Governo Federal, é Programa de Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. O PRONAF visa, através da concessão de crédito em condições diferenciadas ao agricultor familiar, elevar a sua capacidade produtiva e, logo, de renda, além de promover a redução da desigualdade no campo.

Diante das especificidades locais e regionais torna-se necessário uma política agrícola de base municipal, centrada nos eixos de apoio a reforma agrária, meio ambiente, alimentação e abastecimento, melhoria da condição de vida da população rural, adequação do currículo escolar e desenvolvimento da agricultura familiar. Nesta lógica, o PRONAF foi uma conquista importante, pois possibilita democratização no acesso ao crédito rural, capacitação de técnicos e agricultores, recursos para assistência técnica e para investimentos em infraestrutura (TEIXEIRA, 2002).

## **2.2 O PRONAF**

A Resolução BACEN nº 2191 de 24 de agosto de 1995 instituiu, no âmbito do crédito rural no Brasil, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar,

destinado ao apoio financeiro às atividades agropecuárias exploradas mediante emprego da força de trabalho do produtor e sua família (BCB, 1995).

Em 1994, produto das mobilizações organizadas pelos agricultores familiares, conhecidas como “Grito da Terra Brasil”, criou-se o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP) e, na sequência, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (BIANCHINI, 2015, p. 23).

Para se habilitar como beneficiário do programa, o produtor rural necessita atender simultaneamente as condições abaixo, mediante declaração de aptidão (DAP) fornecida por entidade credenciada pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República:

Explore parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário ou parceiro; não mantenha empregado permanente, sendo admitido o recurso eventual à ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade agrícola o exigir; não detenha a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais; no mínimo, 80% de sua renda bruta anual seja proveniente da exploração agropecuária ou extrativa; resida na propriedade ou em aglomerado urbano ou rural próximos (BCB, 1995, p.1).

Além disso, a DAP classifica os agricultores familiares em quatro grupos, de acordo com critérios de renda e de acesso a políticas públicas:

Grupo “A”: agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou beneficiária do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) que não contrataram operação de investimento do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA), ou que ainda não contrataram o limite de operações ou de valor de crédito de investimento para estruturação no âmbito do PRONAF; Grupo “B”: agricultores familiares com renda familiar anual de até R\$ 20 mil; Grupo “A/C”: agricultores familiares assentados pelo PNRA ou beneficiários do PNCF que tenham contratado a primeira operação no Grupo “A” e não tenham contratado financiamento de custeio, exceto no próprio Grupo “A/C”; e Grupo “V”: agricultores familiares com renda familiar anual de até R\$ 360 mil (SEAD, 2018b, p.1).

O PRONAF disponibiliza ao agricultor familiar linhas de crédito para custeio e investimento. Os créditos para custeio se destinam a financiar atividades agropecuárias, de beneficiamento ou industrialização da produção própria ou de terceiros enquadrados no PRONAF, de acordo com os respectivos projetos de

financiamento. Financiam as despesas normais de custeio da produção agrícola e pecuária em um ciclo produtivo. Já as linhas de crédito de investimento, apresentam como finalidade financiar a implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção no estabelecimento rural. Destinam-se a promover o aumento da produtividade e da renda do produtor ou a reduzir os custos de produção. Caracterizam-se por apresentar efeito de médio e longo prazo e por financiar bens utilizados em mais de um ciclo produtivo (ROCHA JÚNIOR *et al*, 2017).

É de suma importância ressaltar que a criação do Plano Safra para a agricultura familiar em 2003 foi um importante marco na história do PRONAF. O Plano Safra apresenta todo o planejamento do Governo Federal para a agricultura familiar a cada ano safra. O ano safra tem início em 01 de julho e fim em 30 de junho do seguinte ano. Além do montante de recursos a ser disponibilizado, ele apresenta todas as condições em que os recursos poderão ser acessados, bem como políticas públicas agregadas ao PRONAF, como, por exemplo, o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (SEAD, 2017b).

No contexto do Plano Safra, o governo procurou consolidar também o processo de adaptação do PRONAF a novas demandas oriundas do reconhecimento da diversidade existente na agricultura familiar brasileira, por meio da criação de novas linhas de financiamento ou do fortalecimento das já existentes: PRONAF jovem, mulher, agroindústria, floresta, agroecologia, eco, semiárido e pesca (DELGADO, 2012, p.106).

Entre as linhas de crédito do programa, destaca-se em valores aplicados o PRONAF Mais Alimentos Investimento, que é uma linha de crédito que financia investimentos em infraestrutura produtiva da propriedade familiar.

O quadro 3 apresenta resumo das linhas de crédito amparadas no programa, disponíveis no plano safra atual. No anexo B pode-se observar as condições negociais vigentes para este ano safra.

PRONAF Custeio	Destina-se ao financiamento das atividades agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização e comercialização de produção própria ou de terceiros enquadrados no PRONAF.
----------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

PRONAF Mais Alimentos – Investimento	Destinado ao financiamento da implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e serviços, agropecuários ou não agropecuários, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas.
PRONAF Agroindústria	Linha para o financiamento de investimentos, inclusive em infraestrutura, que visam o beneficiamento, o processamento e a comercialização da produção agropecuária e não agropecuária, de produtos florestais e do extrativismo, ou de produtos artesanais e a exploração de turismo rural.
PRONAF Agroecologia	Linha para o financiamento de investimentos dos sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento.
PRONAF Eco	Linha para o financiamento de investimentos em técnicas que minimizam o impacto da atividade rural ao meio ambiente, bem como permitam ao agricultor melhor convívio com o bioma em que sua propriedade está inserida.
PRONAF Floresta	Financiamento de investimentos em projetos para sistemas agroflorestais; exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo florestal, recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas.
PRONAF Semiárido	Linha para o financiamento de investimentos em projetos de convivência com o semiárido, focados na sustentabilidade dos agro ecossistemas, priorizando infraestrutura hídrica e implantação, ampliação, recuperação ou modernização das demais infraestruturas.
PRONAF Mulher	Linha para o financiamento de investimentos de propostas de crédito da mulher agricultora.
PRONAF Jovem	Financiamento de investimentos de propostas de crédito de jovens agricultores e agricultoras.
PRONAF Custeio e Comercialização	Destinada aos agricultores e suas cooperativas ou associações para que financiem as necessidades de custeio do

de Agroindústrias Familiares	beneficiamento e industrialização da produção própria e/ou de terceiros.
PRONAF Cota-Parte	Financiamento de investimentos para a integralização de cotas-partes dos agricultores familiares filiados a cooperativas de produção ou para aplicação em capital de giro, custeio ou investimento.
Microcrédito Rural	Destinado aos agricultores de mais baixa renda, permite o financiamento das atividades agropecuárias e não agropecuárias, podendo os créditos cobrirem qualquer demanda que possa gerar renda para a família atendida. Créditos para agricultores familiares enquadrados no Grupo B e agricultoras integrantes das unidades familiares de produção enquadradas nos Grupos A ou A/C.

**Quadro 1 - Linhas de crédito do PRONAF**

Fonte: adaptado do portal da Secretária Especial da Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (SEAD, 2018a)

Os números alcançados no PRONAF, sejam em contratos ou em recursos aplicados, demonstram o quanto o programa gera impacto na vida de milhões de pessoas que vivem no campo em pequenas propriedades. De acordo com a tabela 1, pode-se observar a quantidade dos contratos de PRONAF nos últimos cinco anos (janeiro/2013 a dezembro/2017) por região do Brasil.

Região	Quantidade Contratos	% Quantidade Contratos
CENTRO-OESTE	835.515	7,18%
SUDESTE	2.136.395	18,36%
SUL	4.039.233	34,72%
NORTE	507.696	4,36%
NORDESTE	4.116.178	35,38%
<b>BRASIL</b>	<b>11.635.017</b>	<b>100%</b>

**Tabela 1: Quantidade contratado por região e Brasil**

Fonte: Banco Central do Brasil (BCB, 2018)

Já na tabela 2, pode-se observar, no mesmo período, o valor total e valor médio dos contratos de PRONAF por região do Brasil. Os resultados alcançados evidenciam a relevância do programa para as economias locais, especialmente para aquelas

regiões produtoras de alimentos por agricultores familiares. A região sul se destaca por ser a que utiliza o maior volume de recursos.

Região	Valor Contratado (R\$)	% Valor Contratado (R\$)	Valor Médio Por Contrato (R\$)
CENTRO-OESTE	177.693.945.359,44	22,91%	212.675,95
SUDESTE	209.022.916.282,00	26,95%	97.839,08
SUL	292.088.133.427,16	37,66%	72.312,77
NORTE	35.711.178.850,28	4,60%	70.339,69
NORDESTE	61.090.929.980,54	7,88%	14.841,66
<b>BRASIL</b>	<b>775.607.103.899,42</b>	<b>100%</b>	<b>66.661,45</b>

**Tabela 2: Valor dos contratos por região e Brasil**

Fonte: Banco Central do Brasil (BCB, 2018)

Pode-se observar nas tabelas 1 e 2 acima que persistem concentrações em determinadas regiões do país na utilização dos recursos do programa. Tal fato merece atenção e ações governamentais para permitir acesso mais equânime ao programa pelos agricultores familiares de todas regiões do Brasil.

Para execução do programa, torna-se fundamental a agregação de forças de todos os atores que atuam direta ou indiretamente no segmento. Localidades onde existe uma boa articulação entre agentes financeiros, empresas de assistência técnica, poder público, cooperativas e entidades de representação dos agricultores tendem a conseguir melhor aproveitamento dos benefícios do PRONAF.

Em se tratando de um programa abrangente e complexo, o PRONAF envolve uma série de atores públicos, privados e da sociedade civil em sua formulação e operação, demandando o estabelecimento de um sistema de governança que evite o desajuste entre as atividades desenvolvidas por diferentes instâncias e que permita equacionar as demandas portadas pelos mais variados atores. Os resultados revelam que são adequados os mecanismos de governança interinstitucional, de forma que a articulação entre os múltiplos atores é marcada pelo diálogo, inclusive entre agentes bancários e movimentos sociais, cuja relação no passado era mais conflitiva (ZANI e COSTA, 2014, p. 900).

Desse modo, chegaram a uma conclusão semelhante Sacco dos Anjos *et al* (2015) em seu estudo sobre agroindústrias no extremo sul do Brasil:



Com base no contato com a realidade concreta de agroindústrias familiares, concluíram que nenhum programa conseguirá atingir seus objetivos sem uma ação articulada, coordenada e consistente no que afeta ao financiamento dos empreendimentos, no apoio à qualificação dos processos produtivos, no acesso aos mercados, formação profissional e a um ambiente institucional que efetivamente propicie o sucesso destes empreendimentos (SACCO DOS ANJOS *et al*, 2015, p. 173).

Assim, é relevante considerar também que “pagar o crédito não é um comportamento que depende somente da vontade do agricultor” (ROCHA *et al*, 2009, p. 51). A atividade exercida pelo agricultor familiar é sujeita a riscos climáticos, de produção e de comercialização que podem afetar o sucesso do empreendimento. Neste ponto é fundamental uma boa assistência técnica, que preste consultoria ao produtor, visando minimizar a probabilidade de perdas na atividade.

“A agricultura familiar que recebe apoio técnico e financeiro se fortalece social e produtivamente” (SCHNEIDER *et al*, 2004, p. 147). Ao melhorar a produtividade e reduzir custos, com o emprego de novas tecnologias, percebe-se sensível melhora na renda e qualidade de vida do produtor. Variáveis como: longevidade, acesso à saúde e acesso à educação denotam o quanto importante são políticas públicas de apoio a este segmento, mantendo com qualidade as famílias no campo, diminuindo o êxodo rural e, conseqüentemente, atenuando os problemas sociais nos grandes centros urbanos (SOUSA, 2011).

Além da assistência creditícia por meio do PRONAF, existem outras políticas que visam proteger o agricultor familiar dos riscos inerentes à atividade agropecuária. A próxima seção apresenta os principais mitigadores de risco vigentes no último plano safra e programas complementares ao PRONAF.

### **2.3 Políticas de Garantia da Produção**

O Plano Safra 2017/2020 contempla programas para auxiliar o agricultor familiar em caso de dificuldade de produção ou comercialização. São eles: o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF), o Seguro da Agricultura Familiar (SEAF) e o Garantia-Safra (SEAD, 2017b).

O PGPAF assegura às famílias agricultoras que acessam o PRONAF, nas modalidades Custeio ou Investimento, um desconto no pagamento do financiamento correspondente à diferença entre o preço de mercado e o preço de garantia do produto (SEAD, 2017b).

O SEAF, instituído no âmbito do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária, com a denominação atual de PROAGRO MAIS, funciona como um seguro multirrisco que é contratado junto com as operações de custeio agrícola do PRONAF. Para ter esse benefício, o agricultor paga uma taxa definida conforme o risco da cultura. Os seguintes eventos têm cobertura pelo SEAF: chuva excessiva, geada, granizo, seca, variação excessiva de temperatura, ventos fortes, ventos frios e doença ou praga sem método de controle técnica ou economicamente viável (SEAD, 2017b).

O Garantia-Safra é voltado para agricultores que sofreram perdas de safra por motivo de seca em regiões majoritariamente semiáridas. Não está disponível para nossa região (SEAD, 2017b).

Importante destacar também a existência de programas complementares que visam auxiliar na comercialização da produção como o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

O PAA é um programa que permite aos Governos adquirirem de forma rápida e descomplicada alimentos para fornecimento as camadas mais necessitadas da população. Desta forma, ela beneficia o pequeno produtor na etapa mais complexa do processo produtivo que é a comercialização da produção. Tem como beneficiários pessoas em situação de vulnerabilidade social atendidas pela rede de proteção social local.

Já o PNAE possibilita aos agricultores familiares a comercialização de seus produtos para as instituições de ensino de todo o país a fim de que elas sejam utilizadas na composição da merenda oferecida aos alunos. Além de oferecer aos jovens estudantes uma alimentação saudável, contribuir para o desenvolvimento e aprendizagem do aluno, melhorando o rendimento escolar, o programa garante a comercialização de parte significativa da produção familiar local.

Além dos programas PAA e PNAE cujo objetivo é auxiliar na comercialização da produção, importante destacar também o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) cujo objetivo é a construção de moradias no campo e ações no segmento da Reforma Agrária.

Por fim e não menos importante, as ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) cujo objetivo é levar informação técnica ao produtor, visando diminuir perdas e aumentar produtividade pela implementação de boas práticas, cientificamente estudadas, no campo.

As áreas rurais mais carentes do Brasil, nas últimas duas décadas, experimentaram inegáveis melhorias em seus indicadores convencionais de desenvolvimento, em especial no incremento da renda, fruto de uma geração de políticas com enfoque em ações de cunho social que, em conjunto, amenizaram as dificuldades enfrentadas no campo pelos pequenos agricultores (GRISA e SCHNEIDER, 2014).

Uma vez apresentado o PRONAF, suas características, mitigadores e programas complementares, convém destacar outros estudos em nível nacional e internacional que evidenciaram relação de causa e efeito entre políticas públicas para a agricultura e crescimento do PIB bem como outras experiências semelhantes de políticas públicas de apoio à agropecuária em outros países, a fim de conhecer realidades distintas e os efeitos dessas no âmbito internacional. A seção seguinte tem esse propósito.

## **2.4 Evidências de Causa e Efeito entre Investimento em Agricultura e PIB**

Theodore Schultz, economista estadunidense, começou seu discurso de aceitação do Prêmio Nobel de Economia de 1979 observando:

A maioria das pessoas no mundo são pobres, então, se soubéssemos da economia de ser pobres, saberíamos muito da economia que realmente importa. A maioria das pessoas pobres do mundo ganham a vida com a agricultura, então, se conhecêssemos a economia da agricultura, saberíamos muito da economia de ser pobre (SHULTZ, 2014, p.1).

Dessa forma, melhorar a cooperação para o desenvolvimento, o comércio e a política agrícola para promover melhor a contribuição da agricultura é um instrumento poderoso para promover a redução da pobreza.

Estudo realizado por Castro *et al* (2014) cujo objetivo foi avaliar os impactos regionais do PRONAF entre 2000 e 2010 no Brasil concluiu existirem impactos positivos do PRONAF sobre o crescimento do PIB *per capita* e do PIB agropecuário nas três escalas analisadas (municipal, microrregional e mesorregional) com destaque para as regiões sul e sudeste do país.

Camara *et al* (2010) estudaram o impacto do PRONAF na economia local dos 60 municípios paranaenses que mais contrataram crédito via PRONAF no período de 2000 a 2005. A análise permitiu concluir que existe relação estatística significativa entre o crédito do PRONAF e o PIB agropecuário, atestando que o programa vem cumprindo seu papel ao apoiar a geração de renda ao pequeno produtor e estimulando as economias locais.

Semelhante análise foi realizada no território rural do médio Jequitinhonha, recorte geográfico composto por 18 municípios que se encontravam em situação econômica adversa. Neste estudo, Silva e Alves Filho (2009) concluíram que o PRONAF apresenta impactos positivos em variáveis macroeconômicas dos municípios estudados, evidenciando a contribuição positiva para o desenvolvimento local.

Na esfera internacional, estudo realizado por Cervantes-Godoy e Dewbre (2010) tendo como base 25 países em desenvolvimento, identificou a grande importância do crescimento do setor agrícola para a redução da pobreza na maioria dos países selecionados. A análise atribuiu ao crescimento por trabalhador no PIB agrícola a maior parte do progresso na redução da pobreza.

Valdés e Foster (2010) desenvolveram estudo que avaliou a importância da redução da pobreza através da agricultura, principalmente por meio do impacto sobre o crescimento econômico geral, com base em evidências da América Latina e de outras regiões em desenvolvimento. A conclusão sugere que o setor contribuiu para o crescimento mais do que a sua participação no PIB, certamente na América Latina, mas também em outras regiões. A agricultura tende a ter um impacto tanto no

crescimento nacional como na redução da pobreza, que é maior do que a simples parcela do PIB nacional.

Estudo realizado por Izuchukwu (2011) examinou o impacto do setor agrícola sobre a economia da Nigéria. O resultado indicou uma relação positiva entre o Produto Interno Bruto (PIB) em relação à poupança doméstica, o investimento governamental na agricultura e investimento estrangeiro direto na agricultura, entre o período de 1986-2007. Atribuiu a estas três variáveis 81% da variação positiva do PIB verificada no período.

Percebe-se nas experiências nacionais e internacionais citadas que o apoio governamental para o agronegócio tende a gerar impacto positivo na economia e, conseqüentemente, na redução da pobreza com melhoria na qualidade de vida da população.

Ao analisar os impactos de políticas públicas para agricultura nas economias locais, a dimensão financeira em geral prevalece. Porém, outros aspectos de qualidade de vida, centrado em uma visão humana, são importantes e merecem reflexão em conjunto com a visão econômica, tema que será abordado na próxima seção.

## **2.5 Qualidade de Vida**

A percepção de qualidade de vida é individual e sofre reflexos de questões humanas. Diversos fatores podem influenciá-la e são de complexa medição. Prazer, realização pessoal, auto estima, valores culturais, condição de saúde, estilo de vida e religiosidade entre outras condições inerentes ao ser humano são variáveis que denotam a amplitude e subjetividade da questão (DAWALIBI *et al*, 2013).

Estudar e entender desenvolvimento humano traz conceitos mais amplos e complexos do que avaliar apenas a questão econômica. Desenvolvimento econômico está ligado a crescimento da economia, da renda das pessoas. Por outro lado, em análises de longo prazo, autores como Oliveira (2002) defendem que o aumento da produtividade, do emprego e da renda são de alta relevância e impactam diretamente o bem-estar da população.

O crescimento econômico, por si só, em que pese ser importante, não garante, em última análise, melhora na condição de vida. Ele precisa ser um instrumento para impulsionar melhora em aspectos humanos que impactam diretamente na vida das pessoas, como, por exemplo, acesso à educação e à saúde (BRUM, 2012).

Há vários indicadores que exploram tais aspectos, dentre eles, os mais expressivos são: o Índice de Qualidade de Vida (IQV), o Coeficiente de Gini e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Neste trabalho será utilizado o IDH, em que pese a limitação temporal (dados apenas de 1999, 2000 e 2010), por ser um índice amplamente utilizado como balizador de políticas públicas e por apresentar componentes de renda e de qualidade de vida (longevidade e educação).

O IDH tem por objetivo medir o grau de desenvolvimento de uma região. Ele contempla indicadores de educação, apresentando dados quantitativos da alfabetização e número de estudantes devidamente matriculados; renda, considerado a renda per capita e; longevidade, que representa a esperança de vida do indivíduo ao nascer (PNUD, 1996).

O IDH é importante sob as três seguintes perspectivas: popularizar o conceito de desenvolvimento centrado nas pessoas; condensar de forma complexa a realidade a um único indicador, permitindo a comparação entre os municípios brasileiros; e estimular formuladores de políticas públicas a priorizar a melhoria da vida das pessoas (PNUD, 1996).

A versão municipal do índice – IDHM - é inspirada no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) global, sendo elaborada em parceria entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Fundação João Pinheiro (FJP) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e adaptada à realidade do Brasil.

### 3. Procedimentos Metodológicos

A metodologia de pesquisa incluiu uma revisão bibliográfica sobre conceitos de agricultura familiar, crédito rural, qualidade de vida e geração de renda no setor. Também foram utilizados documentos públicos, como o Manual de Crédito Rural, que consolida as normas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil sobre o crédito rural no país, o Plano Safra e as normas emitidas pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Rural (SEAD) vinculada à Casa Civil da Presidência da República. São documentos oficiais e norteadores das políticas públicas sobre o tema no Brasil.

A pesquisa bibliográfica é aquela desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato com o que já foi escrito sobre determinado assunto (GIL, 2002, p.44).

Foram realizadas também coleta e a análise de séries estatísticas, a partir de dados do Portal da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, responsável pela implementação do programa no país, a respeito do montante de recursos aplicados no PRONAF e também dados do Produto Interno Bruto (PIB) e seu componente agropecuário, disponibilizados pelo IBGE no período de 2002 a 2015.

A fim de investigar uma possível relação de causa e efeito entre as variáveis recursos do PRONAF e PIB, foi utilizado o teste de causalidade de Granger. O teste proposto por Granger visa superar as limitações do uso simples de correlações. Para ser possível analisar a causalidade dos dados, deve-se inicialmente verificar se estas séries são estacionárias e se existe relação de longo prazo entre elas. Para tanto, foram realizados os testes de raiz unitária e de cointegração de Johansen (GRANGER, 1986).

O conceito de causalidade no sentido de Granger refere-se à precedência temporal entre variáveis. O modelo por ele proposto visa determinar o sentido causal entre duas variáveis (GRANGER, 1986).

Neste trabalho também foi apresentada a variável IDHM. Por limitação dos dados disponíveis, visto que se tem a divulgação do IDHM apenas nos anos 1991, 2000 e 2010, o índice não foi utilizado na análise estatística proposta. A opção de inclusão destes dados no estudo tem a intenção de trazer uma visão sob a perspectiva humana, em especial quanto a qualidade de vida no município.

Por fim, para realização da pesquisa de campo, entrevistas semiestruturadas foram realizadas, cujo roteiro consta no anexo I, com lideranças locais de entidades cuja atuação tem impacto no município na implementação do PRONAF, incluindo secretário municipal de desenvolvimento rural representando o Poder Executivo Municipal, vereador representando o Poder Legislativo Municipal, gerente de instituição financeira pública que opera o programa, presidente do sindicato de trabalhadores rurais e produtor rural, gerente de instituição financeira cooperativa, gerente de cooperativa de crédito e agrícola, diretor da empresa de Assistência Técnica do Rio Grande do Sul, agrônomo e titular de assistência técnica privada, gerente comercial de empresa cerealista e revenda de insumos e representantes distritais de produtores.

Conforme afirmaram Zani e Costa (2014), a articulação entre os principais atores que atuam no PRONAF tem relevante peso no sucesso da implementação desta política pública, razão pela qual foram convidados para as entrevistas os gestores das entidades que tem maior participação na operacionalização do PRONAF no município.

As entrevistas são conversas guiadas, não investigações estruturadas. Em outras palavras, embora seja observada uma linha de investigação consistente, a verdadeira corrente de questões será provavelmente fluida, não rígida (YIN, 2010, p.114).

A partir dos dados levantados e das entrevistas com as lideranças foi possível identificar o histórico do PRONAF no município e as percepções dos entrevistados quanto aos impactos do programa nas seguintes variáveis:

- Impacto na economia local de Canguçu;
- Impacto na geração de renda e produtividade;
- Impacto na qualidade de vida do pequeno produtor.



Neste ponto foi exequível explorar as principais potencialidades ou carências na implementação do PRONAF em nível local, o que serviu de base para proposição de ações, objetivo final deste mestrado profissional, com a elaboração de uma proposta de intervenção, materializada em um plano de ação.

## 4. Diagnóstico

### 4.1 Histórico do Município de Canguçu

A distribuição das terras do extremo sul gaúcho foi feita sob a forma de sesmarias, nos moldes do sistema português do século XIV. A principal função do sistema de sesmarias era estimular a produção. O titular da propriedade que não iniciasse a produção nos prazos acordados poderia ter o direito à propriedade cassado. Foram beneficiados “aqueles que tivessem servido de forma importante ao Reino Português e também aos que tivessem dinheiro suficiente para se instalarem e desenvolverem atividade econômica” (GRANDO, 1990, p.71).

A partir da segunda metade do século XIX chegam em Canguçu imigrantes predominantemente de origem alemã (SACCO DOS ANJOS, GODOY e CALDAS, 2005). Estes falavam um dialeto reservado às camadas sociais mais baixas e aos camponeses: o pomerano.

A colonização, mediante assentamento de imigrantes europeus, serviu, entre outros objetivos, para operar a substituição da mão de obra escrava nas grandes propriedades rurais (SACCO DOS ANJOS, GODOY e CALDAS, 2005, p. 75).

Dessa forma, foi o início de um processo de colonização que resiste até hoje, com características culturais marcantes, fazendo com que Canguçu seja um dos poucos municípios do Brasil com mais de 50 mil habitantes, onde a maior parte da população reside na zona rural.

O município está localizado na região fisiográfica gaúcha denominada Serra do Sudeste. Possui como municípios limítrofes Encruzilhada do Sul, Amaral Ferrador, Cristal, Cerrito, Morro Redondo, Pelotas, São Lourenço do Sul e Piratini. A sede municipal está situada a 420 metros de altitude. Possui cinco regiões administrativas: 1°, 2°, 3°, 4° e 5° subdistritos (IBGE, 2018).

O nome Cangussu, que deriva de acangussu, tem origem indígena, significando onça de cabeça grande, animal que teria existido no local na época da fundação do município. Cangussu teve sua grafia alterada para Canguçu pelo decreto-lei nº 7199, de 31 de março de 1938.

Entre 2000 e 2010, a população de Canguçu cresceu a uma taxa média anual de 0,35%, enquanto no Brasil foi de 1,17%, no mesmo período, atingindo 53.259 habitantes. A renda per capita média de Canguçu cresceu 122,81% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 252,47, em 1991 para R\$ 562,54, em 2010. A proporção de pessoas pobres em 2010, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00, passou de 55,13%, em 1991 para 18,19%, em 2010, o que evidencia a diminuição da pobreza na região (PNUD, 2013).

Em Canguçu tem-se 10 entidades habilitadas a emitir a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), documento com validade de dois anos que atesta formalmente o enquadramento como agricultor familiar, citadas no quadro 1. No total são 12.398 DAPs emitidas, sendo 5.198 ativas atualmente, ou seja, 5.198 famílias de agricultores familiares aptas a utilizar os recursos do PRONAF.

<b>CNPJ</b>	<b>Razão Social</b>
00.375.972/0013-02	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA – RS
01.612.452/0001-97	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO
01.612.452/9999-68	UNIDADE TÉCNICA ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL
05.482.692/0001-75	MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA
06.195.558/0001-56	ASSOCIAÇÃO REGIONAL DOS PEQUENOS AGRICULTORES
06.328.681/0001-06	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DA REGIÃO SUL DO RIO GRANDE DO SUL
06.942.198/0001-09	INSTITUTO CULTURAL PADRE JOSIMO
08.829.974/0002-75	INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
10.526.553/0001-36	SINDICATO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA FAMILIAR DE SÃO LOURENÇO DO SUL E REG
88.240.924/0001-06	SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CANGUCU

**Quadro 2 - Entidades habilitadas a emitir a DAP em Canguçu/RS**

Fonte: Secretária Especial da Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (2018)

No que se refere a produção agrícola, apresenta-se no quadro 2 abaixo as principais culturas produzidas em Canguçu no ano de 2017, por área plantada (em hectares):

<b>Cultura</b>	<b>Área Plantada em hectares</b>
Soja	38.000 ha
Milho	16.000 ha
Tabaco	9.500 ha
Feijão	1.450 ha
Arroz	900 ha
Batata	680 ha
Cebola	600 ha

**Quadro 3: Principais culturas por área plantada em Canguçu**

Fonte: IBGE (2018)

Destaca-se que o município de Canguçu figura no topo da lista dos maiores produtores de tabaco no Brasil, alcançando no ano anterior (2017) 23.143 toneladas colhidas por 5.217 produtores na atividade (AFUBRA, 2018).

Importante ressaltar que o PRONAF, cuja atuação tem foco na produção de alimentos, não incentiva a fumicultura. O produtor de fumo pode buscar outras opções de financiamento para o tabaco no crédito rural disponível no Brasil sem perder a condição de habilitado ao PRONAF.

Desta forma, pode obter crédito tanto de custeio quanto de investimento via PRONAF para apoiar iniciativas de diversificação da produção, visando novas oportunidades de produção rural. Em Canguçu as principais culturas atualmente utilizadas nestas situações são cultivo de soja, milho, feijão, batatas doce e inglesa, cebola, tomate, pêsego, morango, além de criação de bovinos, ovinos, suínos e aves.

Ao implementar na propriedade a diversificação de atividades, os agricultores reduzem custos com a alimentação da família e de animais criados na propriedade, e aumentam a renda com a comercialização de excedentes de produção. Com aumento na renda ocorre consequente melhoria nas condições de vida, incentivando a família, em especial os jovens, a permanecer no campo e mantendo tão importante função característica da agricultura familiar que é a produção de alimentos.

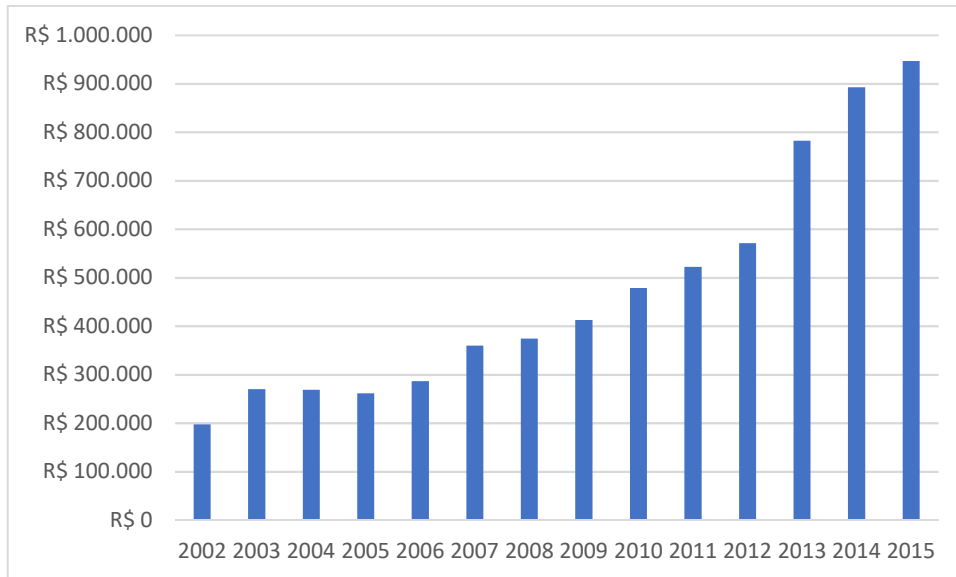
## 4.2 PIB de Canguçu

O Produto Interno Bruto (PIB) representa a soma de todos os bens e serviços produzidos em um determinado período de tempo em uma região. É um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia cujo objetivo é quantificar a atividade econômica naquele local. No Brasil o órgão responsável pelo cálculo e divulgação do PIB é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O acesso a informações econômicas padronizadas com recortes municipais tem tido forte demanda de agentes públicos e privados, especialmente para análise e formulação de políticas públicas regionais e locais. A metodologia utilizada pelo IBGE para o cálculo do PIB municipal permite a comparação entre as diversas realidades encontradas no Brasil.

O cálculo do PIB dos Municípios baseia-se na distribuição pelos municípios do valor adicionado das atividades econômicas das Contas Regionais do Brasil, construídas pelos Órgãos Estaduais de Estatística, sob a orientação da Coordenação de Contas Nacionais do IBGE. Estima-se o valor adicionado das atividades econômicas – Agropecuária, Indústria e Serviços – o *dummy* financeiro, os impostos e o PIB, medido a preço corrente por município (IBGE, 2018).

O gráfico 1 a seguir apresenta a evolução do PIB total do município de Canguçu/RS no período de 2002 a 2015. Percebe-se a evolução do resultado observado ao longo dos anos, com forte impacto do agronegócio. Na sequência são apresentados os componentes setoriais do PIB, onde pode-se verificar o baixo impacto do setor industrial. Já o setor de comércio, que apresenta impacto significativo no PIB total do município, é impactado indiretamente pelo avanço do agronegócio na região.



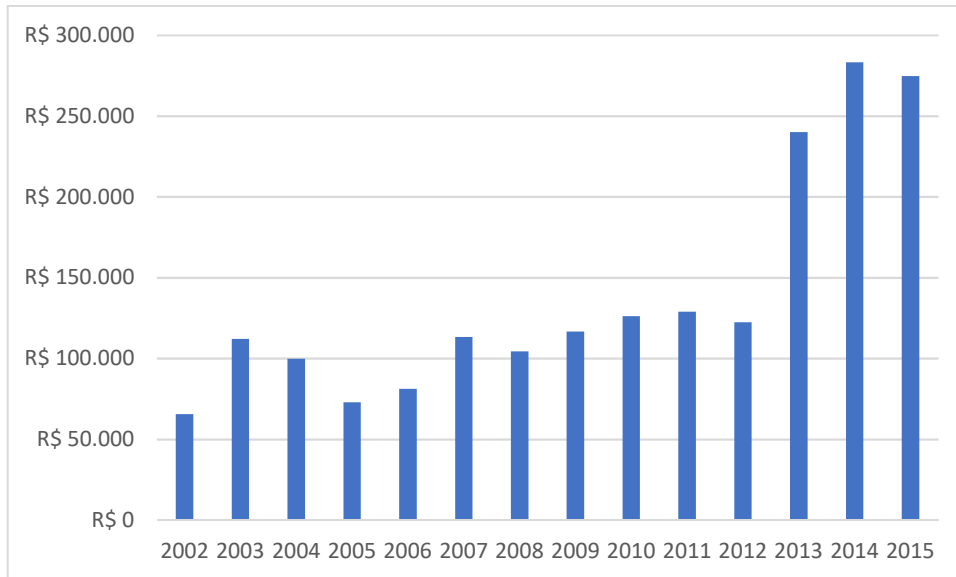
**Gráfico 1: PIB total de Canguçu**

Fonte: IBGE (2018). Valores em mil Reais.

O método utilizado pelo IBGE permite a estimativa do valor adicionado da agropecuária, da indústria e dos serviços por município e em valores correntes.

No gráfico 2 na sequência apresenta-se o componente agropecuário do PIB de Canguçu no mesmo período. Este componente é o mais relevante para a presente pesquisa visto que diversos estudos sugerem uma relação entre políticas públicas para a agricultura, como o PRONAF, e o desenvolvimento econômico local.

A variável Agropecuária nas Contas Regionais contempla as seguintes atividades econômicas: lavoura permanente, lavoura temporária, pecuária, horticultura, extrativa vegetal, silvicultura, investimentos em formação de matas plantadas e lavouras permanentes, pesca, indústria rural, produção particular do pessoal residente no estabelecimento rural e serviços auxiliares da agropecuária (IBGE, 2018).

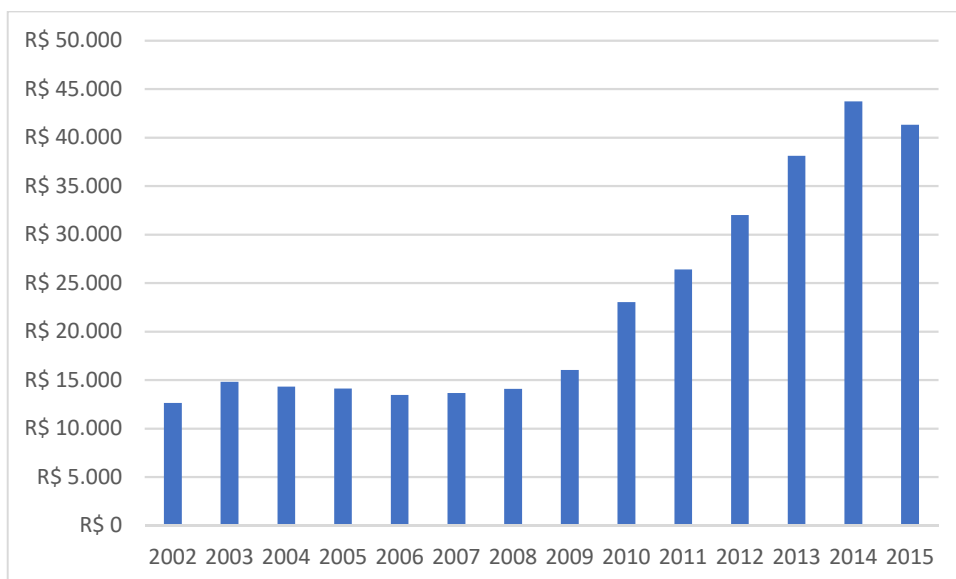


**Gráfico 2: PIB agropecuário de Canguçu**

Fonte: IBGE (2018). Valores em mil Reais.

Na sequência apresenta-se os componentes indústria e serviços do PIB de Canguçu. O setor industrial é o menos desenvolvido em Canguçu, contribuindo de forma reduzida no PIB do município.

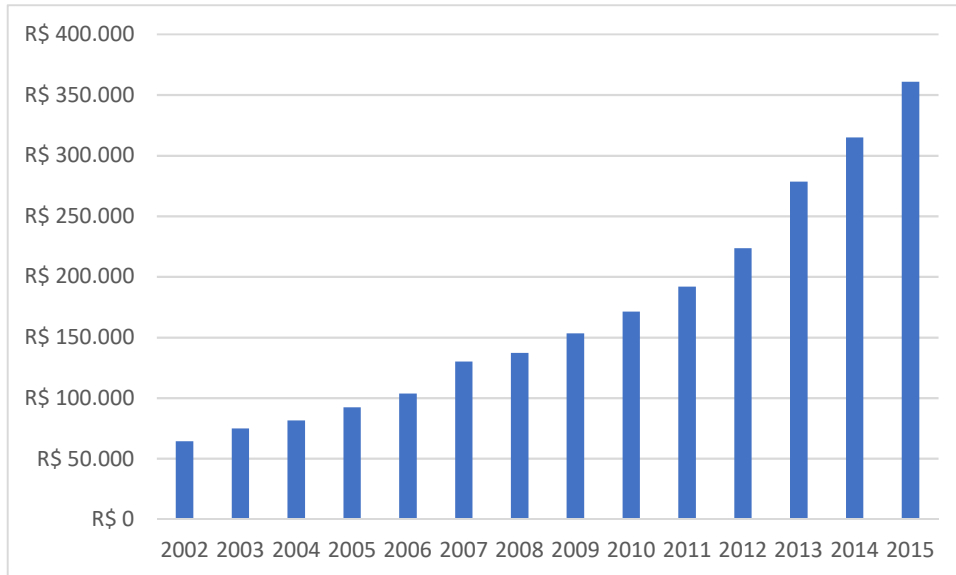
A variável indústria nas Contas Regionais contempla: extrativa mineral, indústria de transformação, construção civil e serviços industriais de utilidade pública (IBGE, 2018).



**Gráfico 3: PIB industrial de Canguçu**

Fonte: IBGE (2018). Valores em mil Reais.

Já variável serviços nas Contas Regionais contempla: comércio; alojamento e alimentação; transportes; comunicações; serviços financeiros; atividades imobiliárias e serviços prestados às empresas; administração pública e demais serviços (IBGE, 2018).



**Gráfico 4: PIB de serviços de Canguçu**  
Fonte: IBGE (2018). Valores em mil Reais.

O PIB de serviços, incluído aqui o comércio, tem impacto significativo, de modo indireto, do avanço do agronegócio na região, inclusive com o apoio dos recursos investidos via PRONAF.

Pode-se observar nesta seção como se deu a evolução do PIB, tanto totalizado quanto por viés setorial, no município no período estudado.

Relevante observar a curva de crescimento ao longo do período estudado, que demonstra o avanço no desenvolvimento local e também o forte peso do setor agropecuário no PIB, fruto da tradição agrária na região.

A próxima seção abordará como ocorreu, no mesmo período e local, a evolução dos recursos aplicados no PRONAF.

### 4.3 PRONAF em Canguçu

Canguçu é um município localizado na zona sul do Estado do Rio Grande do Sul cuja economia tem forte base na agropecuária. Destaca-se o fato da grande

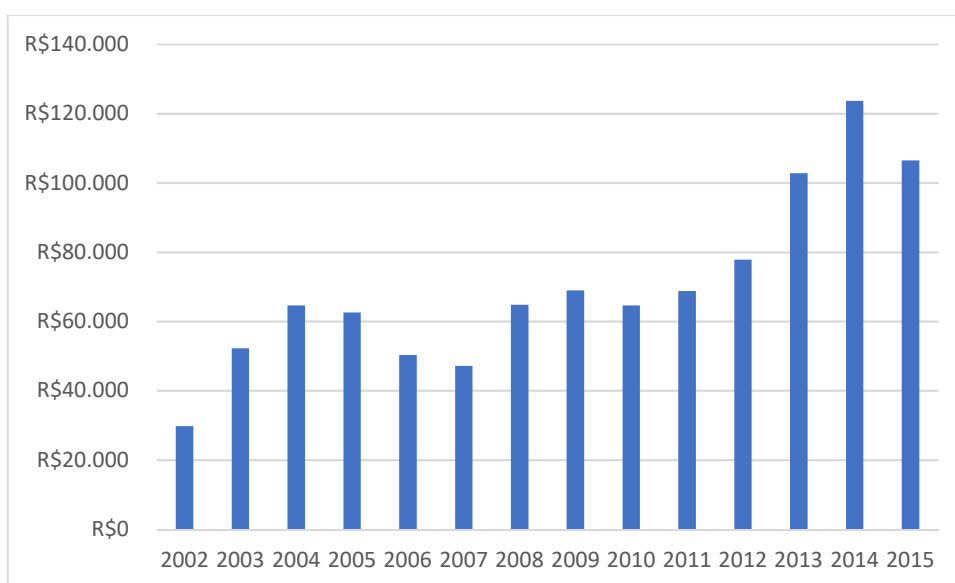


quantidade de minifúndios existentes, da maior parte da população residir na zona rural e do elevado número de beneficiários do PRONAF.

Ao longo dos anos, desde sua criação, o PRONAF foi um importante indutor do desenvolvimento econômico da cidade, com reflexos na renda, produtividade e qualidade de vida no campo (BIANCHINI, 2015).

É inegável que o crédito rural subsidiado foi decisivo para a transformação do Brasil em uma potência agrária (SARTOR *et. al.*, 2014). Porém a dificuldade de acesso ao crédito pelos pequenos agricultores, enfrentada com a criação do PRONAF e programas complementares como PGPAF, PROAGRO e PAA, teve relevante impacto na geração de renda para este segmento, produção de alimentos, redução do êxodo rural e na qualidade de vida na zona rural.

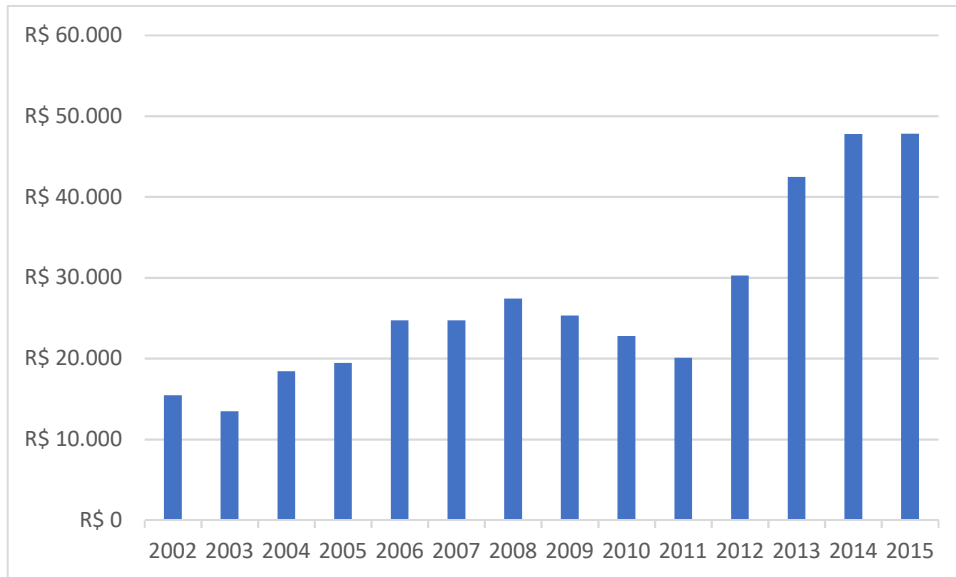
O gráfico 5 a seguir apresenta, no período estudado, o volume de crédito rural total (considerando todos os segmentos) aplicado no município.



**Gráfico 5: Crédito rural total aplicado em Canguçu**

Fonte: BCB (2018). Valores em mil Reais.

Ao considerarmos especificamente os pequenos produtores habilitados ao PRONAF, pode-se identificar no gráfico 6 na sequência a evolução dos recursos do PRONAF investidos no município, cujo objetivo foi apoiar o pequeno produtor rural.

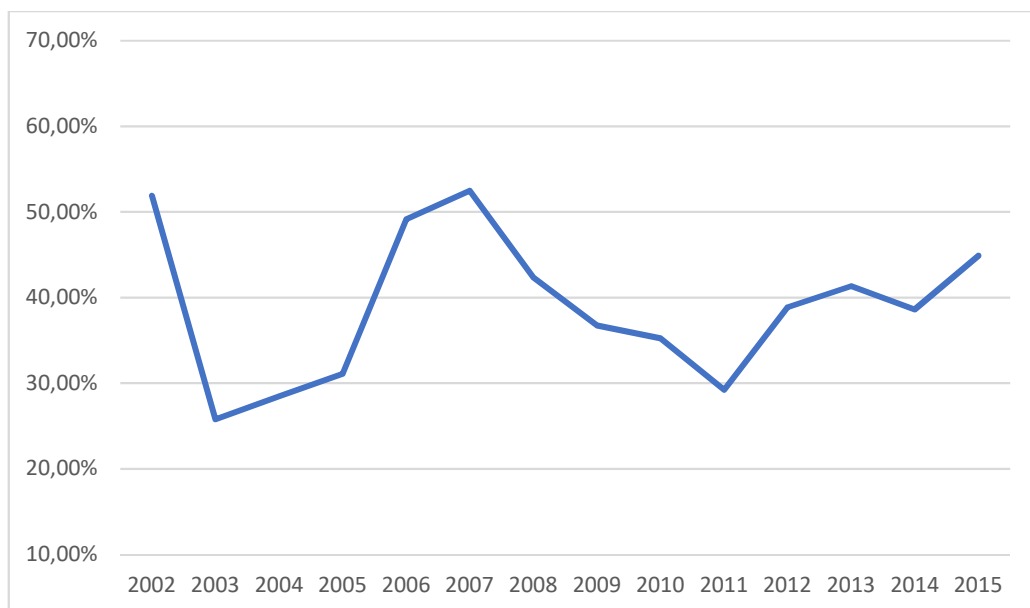


**Gráfico 6: Recursos do PRONAF aplicados em Canguçu**

Fonte: BCB (2018). Valores em mil Reais.

Os recursos aplicados no município com origem no PRONAF são significativos e demonstram de forma clara o acerto da implementação desta política pública, cuja origem se deu pela mobilização das representações sociais na busca da descentralização do crédito, permitindo o acesso pelos pequenos produtores.

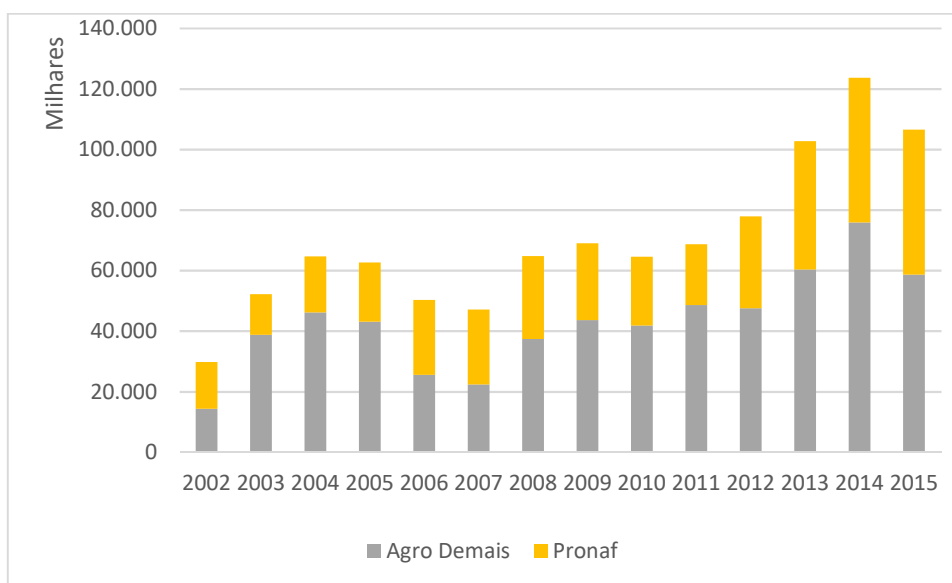
Percebe-se no gráfico 7 que o acesso ao crédito pelos pequenos produtores se situou predominantemente entre as faixas de 30 a 50% do crédito total aplicado no município no período do estudo, colocando os pequenos produtores em condições de igualdade no que tange ao acesso ao crédito aos médios e grandes produtores.



**Gráfico 7: Comparativo crédito agro total e PRONAF em Canguçu**

Fonte: BCB (2018)

Cabe ressaltar a evolução observada ao longo do período estudado dos recursos do PRONAF investidos no município. Enquanto no ano de 2002 este número situava-se próximo a R\$ 10 milhões/ano, em 2015 o valor desembolsado foi próximo a R\$ 50 milhões/ano. Esta evolução de recursos somada a democratização no acesso ao crédito, conforme evidenciado no gráfico 7, foi relevante para o desenvolvimento da zona rural do município, com reflexos indiretos em todos os segmentos, visto o município de Canguçu ter uma economia predominantemente agrícola.



#### 4.4 Análise PIB x PRONAF de Canguçu

A análise estatística do estudo é desenvolvida utilizando-se de dados de séries temporais dos recursos aplicados no PRONAF e do PIB Agropecuário, em bases anuais, abrangendo os anos de 2002 a 2015, apresentados nas seções anteriores.

##### 4.4.1 Teste de Raiz Unitária

O teste de raiz unitária é um dos testes mais populares ultimamente utilizado. Caso tenha-se uma série não estacionária pode-se dizer que ocorre um problema de raiz unitária, com isto sabe-se que a variância é não estacionária (GUJARATI e

PORTER, 2011). Uma série temporal que tenha uma raiz unitária é conhecida como passeio aleatório, o que é a representação de uma serie temporal não estacionária.

Na hipótese da série temporal não ser estacionária, pode-se transformá-la em uma série estacionária através de diversas técnicas (GUJARATI e PORTER, 2011). Morettin e Tolo (2006) informam que existem duas razões para se transformar os dados originais de uma série temporal, a primeira é para estabilizar a variância e a segunda é para tornar o efeito sazonal aditivo, pois ainda segundo os autores, é comum em séries econômicas a existência de tendências o que pode causar um acréscimo na variância da série à medida que o tempo passa.

Segundo Ehlers (2009), uma diferenciação de primeira ordem é a mais utilizada sendo que ocasionalmente uma diferenciação de segunda ordem pode ser necessária. O autor ainda cita que independente do uso para induzir estacionariedade, a diferenciação pode ser muito útil como ferramenta exploratória. Se a série temporal possui uma raiz unitária, as primeiras diferenças destas séries temporais são estacionárias, portanto neste caso, deve-se tomar as primeiras diferenças das séries temporais. (GUJARATI e PORTER, 2011).

A fim então de analisar as variáveis recursos aplicados no PRONAF e PIB agropecuário e possíveis relações entre elas foi inicialmente aplicado o teste de raiz unitária usando intercepto, intercepto e tendência e sem tendência e sem intercepto para as variáveis em nível, em primeira e em segunda diferença, cujo resultado é apresentado na tabela 3 a seguir.

**Tabela 3: Teste de raiz unitária das variáveis PIB e PRONAF usando intercepto, intercepto e tendência e sem tendência e sem intercepto para as variáveis em nível e em primeira e segunda diferença.**

Variável	Diferença	Intercepto	Tendência e Intercepto	Sem tendência e sem intercepto
	0 (dados em nível)	1,211	0,008	-1,869
	1° Diferença	-2,479 **	-2,968 *	-3,312
<b>PIB</b>	2° Diferença	-3,846 ***	-3,732 ***	-3,501 *
	0 (dados em nível)	-1,251	2,149	1,629
	1° Diferença	-2,328	-2,391	-1,692 *
<b>PRONAF</b>	2° Diferença	-2,422 *	-5,408 **	-2,744 **

\* significância de 10%; \*\* significância de 5%; \*\*\* significância de 1%.

Fonte: elaboração própria

Observa-se na Tabela 3 que as variáveis PIB agropecuário e Recursos aplicados no PRONAF em nível (diferença 0) não são estacionárias pois apresentam raiz unitária, uma vez que se aceitou a hipótese nula de raiz unitária, utilizando-se as

modelagens: com intercepto, tendência e intercepto e sem tendência e sem intercepto. A primeira diferença também não apresentou as características desejadas, assim utilizou-se a segunda diferença da variável PIB agropecuário e a segunda diferença da variável Recursos Aplicados no PRONAF.

Na sequência procede-se com o teste de cointegração (Tabela 4) para verificar se há relação de longo prazo entre as séries de dados. As séries de dados precisam ser estacionárias a fim de obter-se resultados consistentes no teste de cointegração, razão pela qual utilizou-se as variáveis em segunda diferença, conforme destacado na Tabela 3.

#### 4.4.2 Teste de Cointegração

Para analisar a relação de dependência entre as variáveis do estudo, torna-se necessário a utilização de um teste de cointegração. Um conjunto de séries são definidas como cointegradas quando ocorre uma combinação linear destas séries estacionárias, portanto, para que a tendência possa ser detectada no longo prazo é necessário um grande número de dados. (ALEXANDER, 2001). Duas variáveis são definidas como cointegradas quando ocorre um equilíbrio de longo prazo entre elas (GUJARATI e PORTER, 2011).

O teste de cointegração de Johansen é baseado nos autovalores de uma matriz estocástica e busca a combinação linear com maior estacionariedade (ALEXANDER, 2001). O autor ainda complementa que o procedimento de Johansen é mais informativo do que outros métodos. Para utilizar-se do método de Johansen é preciso modelar uma matriz de séries temporais, em que cada coluna representa uma série temporal.

A tabela 4 apresenta o resultado do teste de cointegração das variáveis do estudo em segunda diferença.

**Tabela 4: Teste de cointegração das variáveis PIB (2° diferença) PRONAF (2° diferença) usando intercepto, intercepto e tendência e sem tendência e sem intercepto.**

Lag	Intercepto	Tendência e Intercepto	Sem tendência e sem intercepto
1	4,528 **	4,259 **	4,634 **
2	9,940 **	9,606 **	9,909 ***
3	8,369 ***	8,607 ***	4,199 **

\* significância de 10%; \*\* significância de 5%; \*\*\* significância de 1%.

Fonte: elaboração própria

A relação de interdependência temporal entre as variáveis observada na tabela 4 sugere a existência de algum fluxo causal, o qual pode identificar relações de antecedência-defasagem do tipo Granger. Observando-se o resultado do teste com lag 1, 2 e 3 percebe-se a rejeição da hipótese nula indicando a cointegração entre as variáveis ao longo do tempo.

Portanto, após identificar a cointegração, é possível realizar o teste de causalidade, o qual é apresentado na próxima subseção.

#### 4.4.3 Teste de Causalidade

O conceito de causalidade no sentido de Granger refere-se à precedência temporal entre variáveis. Conforme Granger (1988), em um modelo com duas variáveis, existindo a relação de cointegração entre elas, então existirá a causalidade em pelo menos uma direção. A causalidade pode ocorrer de maneira unidirecional de uma variável x para uma variável y, ou vice-versa, ou ainda ser bilateral. (GUJARATI e PORTER, 2011).

Na tabela 5 temos o resultado da aplicação do teste de causalidade de Granger:

**Tabela 5: Causalidade de Granger das variáveis PIB (2° diferença) e PRONAF (2° diferença)**

Lag	PRONAF não causa Granger PIB	PIB não causa Granger PRONAF
1	5,988 **	0,096
2	14,024 ***	0,846
3	7,831	0,526

\* significância de 10%; \*\* significância de 5%; \*\*\* significância de 1%.

Fonte: elaboração própria

O resultado do teste indica que foi rejeitada a hipótese de que PRONAF não causa PIB, ou seja, se houver aumento no investimento no PRONAF haverá probabilidade de aumentar o PIB agropecuário. Tecnicamente podemos dizer que a reversão de tendência de uma série causa reversão de tendência na outra, ou considerando as variáveis do estudo, que quando o PRONAF aumentar sugere-se que o PIB aumentará no ano seguinte (significância 5%) e, de forma mais evidente, nos próximos dois anos (significância 1%).

Por outro lado, a hipótese de que aumento no PIB agropecuário não causa aumento no PRONAF foi aceita no teste, ou seja, caso ocorra um aumento no PIB agropecuário não significa necessariamente que, estatisticamente falando, haverá mais investimento pelo Governo no PRONAF.

O resultado observado está em linha com diversos estudos, tanto nacionais como internacionais, que atestaram que políticas públicas de apoio a pequena agricultura com foco na facilitação de acesso a crédito em condições diferenciadas são importantes ferramentas de redução da pobreza e desenvolvimento local. Em Canguçu, os testes estatísticos apontaram íntima relação no longo prazo entre os recursos do PRONAF e o PIB, sugerindo relação causal entre as variáveis.

Do ponto de vista estatístico, ao se expandir o PRONAF na região teremos tendência de crescimento do PIB, ou seja, melhores condições na economia em função do aumento de produtividade, renda e qualidade de vida.

#### **4.5 IDH Municipal**

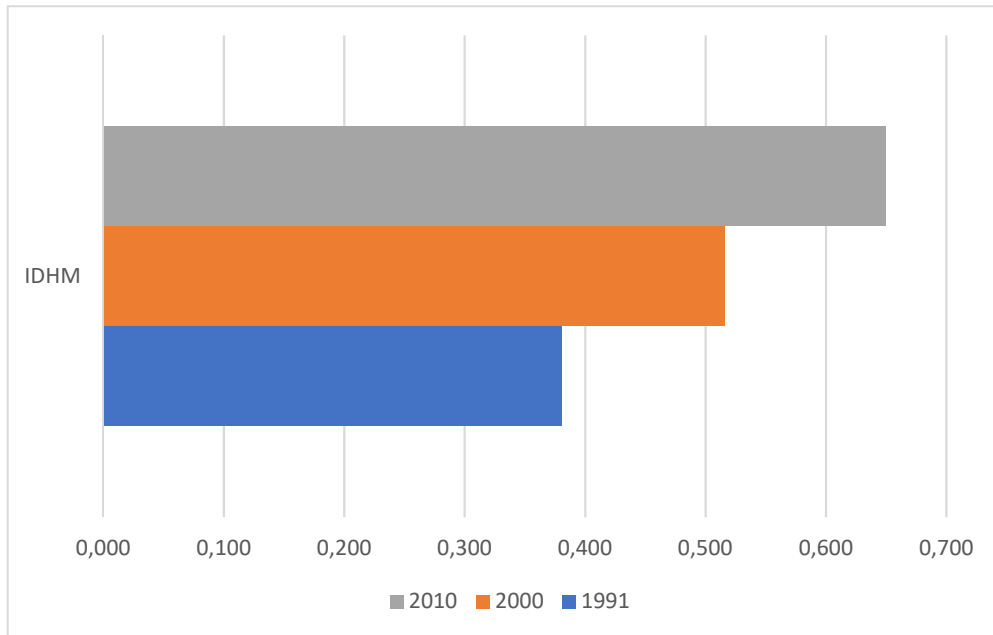
Para uma análise que, além da renda, contemple também dimensões humanas, pode-se utilizar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O IDH brasileiro apresenta três dimensões: longevidade, educação e renda. O índice não foi incluído na análise estatística anterior pela limitação da divulgação dos dados divulgados, com apenas três prévias nos anos de 1991, 2000 e 2010. Mesmo assim, optou-se pela inclusão no presente trabalho para trazer uma percepção sobre qualidade de vida e complementar a análise com uma visão sob a perspectiva humana.

Em que pese a complexidade de sintetizar em um número estas importantes dimensões do desenvolvimento humano, o índice é um importante instrumento para os formuladores de políticas públicas, pois permite comparar a realidade dos municípios brasileiros. Importante destacar também que o índice não se resume a crescimento econômico, ele é centrado nas pessoas (PNUD, 2013).

Na última divulgação do IDHM, versão municipal do índice, em 2010 o município de Canguçu atingiu 0,650, o que coloca o município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio. A dimensão com menor desempenho foi educação, com índice de 0,491, que contempla alfabetização e matrículas escolares. Já a

dimensão longevidade apresentou o melhor resultado, com índice de 0,819 (PNUD, 2013).

O gráfico 8 na sequência apresenta o histórico do IDHM de Canguçu considerando os períodos em que ocorreram divulgação do índice.



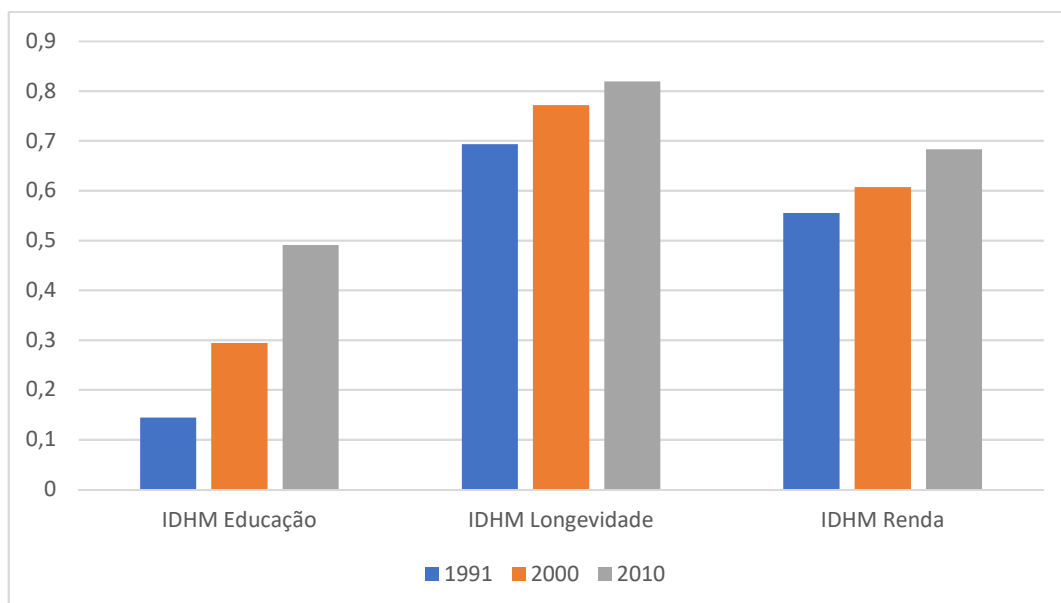
**Gráfico 8: IDHM de Canguçu**

Fonte: PNUD (2013)

Entre 2000 e 2010 o IDHM passou de 0,516 em 2000 para 0,650 em 2010, uma taxa de crescimento de 25,97%. Já no período entre 1991 e 2000, o IDHM passou de 0,381 em 1991 para 0,516 em 2000, uma taxa de crescimento de 35,43% (PNUD, 2013).

No gráfico 9 a seguir pode-se observar os componentes do índice: renda, longevidade e educação, por ano onde ocorreu a divulgação do índice:





**Gráfico 9: Componentes do IDHM de Canguçu**

Fonte: PNUD (2013)

Percebe-se que o município de Canguçu evoluiu da primeira análise em 1991 para a última em 2010 nos três componentes do índice e, conseqüentemente, no IDHM total. Em que pese a evolução observada, Canguçu ocupa a 3115ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM. Logo, necessário são investimentos e políticas públicas que permitam a continuidade do crescimento econômico da região e reflitam na melhora das condições de vida da população.

Outro aspecto a considerar é a diminuição da desigualdade de renda nesses dois períodos, que pode ser descrita através do Índice de Gini, que é um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Em 1991 o índice era de 0,60. Passou para 0,50, em 2000, e para 0,49, em 2010. Quanto menor o índice, menor a desigualdade de renda (PNUD, 2013).

Devido a limitação dos dados disponíveis, não há como se estabelecer uma relação estatística de causa e efeito entre o PRONAF e os indicadores de qualidade de vida apresentados. Assim, a investigação dos impactos do PRONAF na qualidade de vida do pequeno produtor de Canguçu se deu através das entrevistas aos principais atores de atuação no PRONAF na localidade.

#### 4.6 O PRONAF sobre a Ótica dos Atores

Esta seção tem o intuito de analisar, desta vez sob a ótica dos atores que atuam na execução do PRONAF, as seguintes variáveis do estudo: i) impacto na economia do município; ii) impacto na renda e produtividade e iii) impacto na qualidade de vida do produtor.

Por meio de entrevistas realizadas junto aos atores que participam na execução do Programa, sublinharam-se as percepções destes acerca do PRONAF. A análise dos dados primários coletados somados com as contribuições das lideranças entrevistadas possibilitaram a consolidação de um plano de ações cujo objetivo é melhorar a experiência dos beneficiários desta política pública.

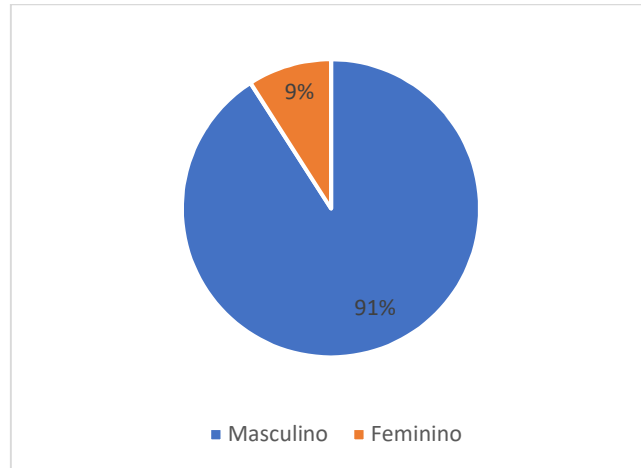
Atores Entrevistados	Papel Desempenhado
Entrevistado 1 (E1)	Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural
Entrevistado 2 (E2)	Vereador Municipal
Entrevistado 3 (E3)	Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e pequeno produtor
Entrevistado 4 (E4)	Gerente Geral de instituição bancária pública operadora do PRONAF
Entrevistado 5 (E5)	Gerente Geral de cooperativa de crédito bancária
Entrevistado 6 (E6)	Agrônomo titular de empresa de assistência técnica privada
Entrevistado 7 (E7)	Gestor do escritório regional da empresa de assistência técnica e extensão rural do Rio Grande do Sul
Entrevistado 8 (E8)	Gestor de cooperativa agrícola e de crédito
Entrevistado 9 (E9)	Gerente comercial de empresa privada cerealista
Entrevistado 10 (E10)	Representante distrital de produtores
Entrevistado 11 (E11)	Representante distrital de produtores

**Quadro 4: Atores entrevistados**

Fonte: elaboração própria

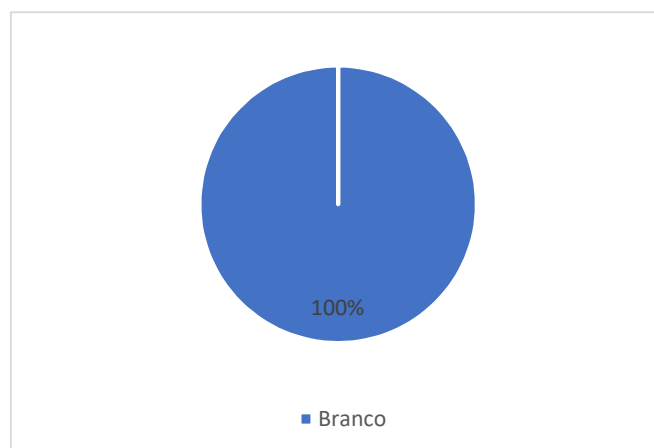
#### 4.6.1 Caracterização dos Entrevistados

No que se refere ao gênero, 91% dos entrevistados são homens, o que demonstra uma predominância masculina nas funções de liderança nas entidades selecionadas para o estudo pela relevância na atuação no PRONAF em Canguçu.



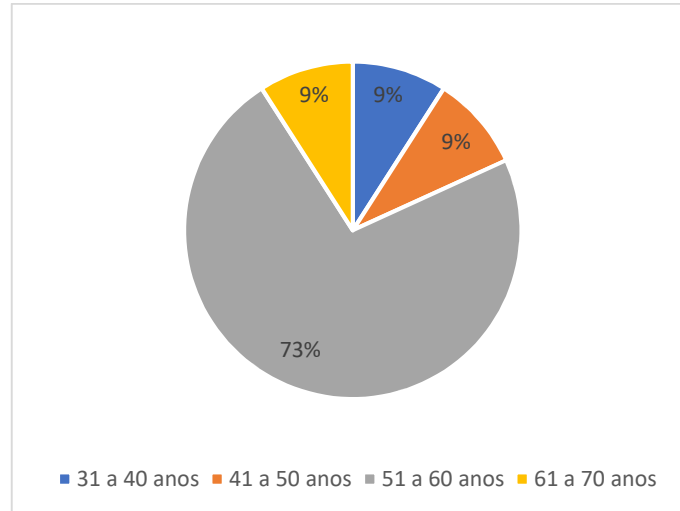
**Gráfico 10: Distribuição dos entrevistados por gênero**  
Fonte: pesquisa de campo

Em relação a declaração racial, 100% dos entrevistados se declararam de raça branca. Embora predomine na região colonização Alemã, dada a miscigenação que existe em nosso país, elevada é a concentração ora verificada.



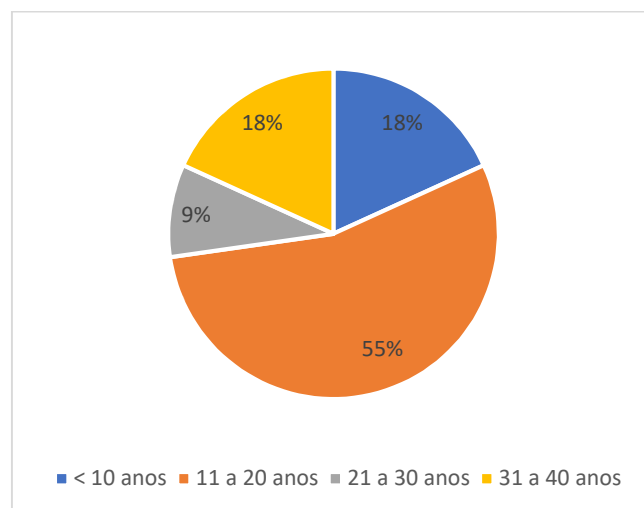
**Gráfico 11: Declaração racial dos entrevistados**  
Fonte: pesquisa de campo

Quanto a faixa etária dos entrevistados, 73% situam-se entre 51 a 60 anos de idade, enquanto que nas faixas de 31 a 40 anos, de 41 a 50 anos e de 61 a 70 anos temos 9% dos entrevistados.



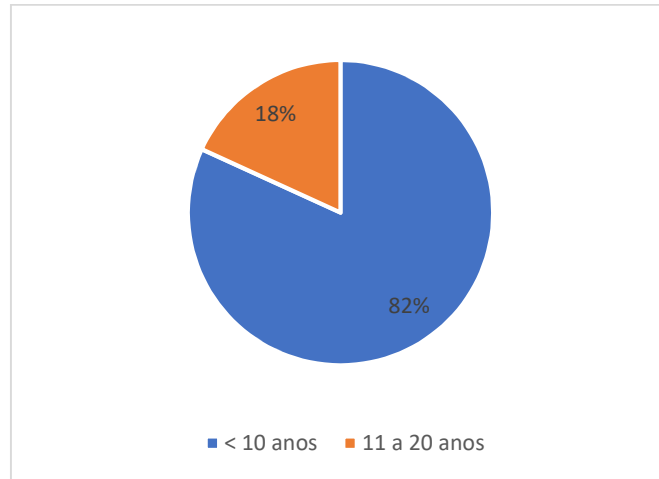
**Gráfico 12: Distribuição dos entrevistados por faixa etária**  
Fonte: pesquisa de campo

Em relação ao tempo de atuação na entidade que atualmente representam, percebe-se que predominam gestores com longa data de atuação e experiência nas funções desempenhadas. Considerando a faixa entre 11 e 20 anos, temos 55% dos atores, na faixa de 21 a 30 anos temos 9% e na faixa de 31 a 40 anos 18%, ou seja, 82% dos atores entrevistados apresentam mais de 10 anos de atuação no PRONAF.



**Gráfico 13: Tempo de atuação na entidade**  
Fonte: pesquisa de campo

Por fim, quanto ao tempo de atuação na função de gestor na entidade representada temos 82% com até 10 anos na gestão e 18% entre 11 e 20 anos.



**Gráfico 14: Tempo de atuação como gestor**  
Fonte: pesquisa de campo

#### 4.6.2 Impacto na Economia Local

Quanto ao impacto do crédito aplicado via PRONAF na economia do município de Canguçu, 100% dos entrevistados manifestaram-se positivamente, ou seja, atestando que esta política pública teve e tem relevante participação no desenvolvimento local. Os entrevistados destacaram o volume de recursos, de montante significativo, que gerou desenvolvimento direto na zona rural do município e indireto na cidade, tanto no setor de comércio quanto de serviços, uma vez que estimula toda a cadeia do agronegócio.

E3: *“O PRONAF gerou e continua gerando muito impacto. O PRONAF foi uma reivindicação do movimento do sindicato, ainda na criação da nova constituição, onde se queria uma política diferenciada para a pequena propriedade. Eu acho que o PRONAF é uma das coisas mais importantes para pequena agricultura e o município”.*

O entrevistado E3 destaca que o PRONAF foi fruto de uma ampla mobilização das entidades representativas dos pequenos agricultores e que ainda hoje é um programa que tem papel fundamental para a pequena agricultura. Bianchini (2015)

apresenta em detalhes toda história da construção do PRONAF, que o entrevistado E3 testemunhou e participou ativamente nos primeiros financiamentos realizados em Canguçu.

E1: *“O PRONAF é importante demais para o município. Ele ajuda o nosso pequeno agricultor. Especialmente aqui, por termos a maior quantidade de minifúndios das Américas, o apoio via PRONAF é muito importante para nosso pequeno agricultor”.*

E4: *“Faz muita diferença. O impacto é muito relevante. O banco faz muito financiamento. As revendas dependem do nosso financiamento”.*

E6: *“É uma política essencial no desenvolvimento, tanto no investimento, custeio e comercial. O PRONAF tem uma importância bem ampla, ele faz parte da economia do município e é muito importante para investir. Trouxe melhoria lá fora na produção.*

E7: *“Impacta bastante na economia. Então é dinheiro que vem para o município e circula aqui dentro. Na minha visão é uma política pública muito importante”.*

Os entrevistados E1, E4, E6 e E7 foram enfáticos em apontar a importância do programa para Canguçu em função dos montantes de recursos investidos e o quanto estes foram significativos para o desenvolvimento da economia local.

E2: *“Com certeza o impacto foi grande. É um recurso que entra no município, é investido e retorna em impostos. A cidade se desenvolveu graças ao desenvolvimento do interior. Se o interior não produz, Canguçu não vinga.”*

O entrevistado E2 destacou ainda o retorno em impostos para o município que viabiliza uma série de políticas públicas de âmbito local que melhoram a vida de toda a comunidade.

Os entrevistados E10 e E11 atestaram que o PRONAF desenvolveu a zona rural do município e isto foi fator determinante para a economia de Canguçu.

E10: *“Não tenho dúvida, a colônia evoluiu muito. Se não é o interior, a cidade não anda.”*

E11: *“O PRONAF fez a diferença, garante toda movimentação da cidade.”*

Os resultados observados estão em linha com os estudos de Marioni *et al* (2016), Camara *et al* (2010) e Silva e Alves Filho (2009), cujas conclusões apontaram que o aumento do investimento na agricultura familiar via crédito subsidiado do PRONAF gera impacto no PIB, especialmente no seu componente agropecuário, estimulando o desenvolvimento das economias locais.

Em suas respostas, 73% dos entrevistados destacaram que a pujança do comércio de Canguçu, em comparação com outros municípios de mesmo porte da região, se deve em grande parte a elevação dos recursos aplicados no município via PRONAF.

E2: *“Foi o desenvolvimento rural que fez a cidade crescer, principalmente no comércio, porque não temos indústrias”.*

E4: *“O impacto é muito relevante. Muito mais na questão de investimento do que de custeio. O investimento faz girar todo comércio. O recurso do custeio é para subsistência. Faz diferença porque gira muito dinheiro no município.”*

Os entrevistados E2 e E4 destacaram a importância do PRONAF para o comércio local em função dos recursos que movimenta e do fato de baixa atividade industrial em Canguçu.

Importante ressaltar aqui o estudo de Rocha Junior *et al* (2017). Este atesta que o PRONAF gera aumento de renda uma vez que estimula a modernização da produção. Com maior produtividade, maior qualidade de vida e renda, com reflexo no aumento do comércio local.

Outro ponto a ser destacado é a importância do subsídio dado pelo governo nos juros das linhas de crédito do programa. Para 82% dos entrevistados o apoio governamental via crédito com baixas taxas de juros e com facilidade de acesso pelo pequeno produtor é uma política muito importante tanto para o desenvolvimento local quanto para as demais regiões do Brasil.

E9: *“Imagina o pessoal pegando recursos por fora e pagar juros elevados. O PRONAF esteve, na época que todo mundo comprou máquinas subsidiadas, com juros de 2% ao ano e com 10 anos para pagar”.*

As condições negociais do PRONAF, especialmente prazo, juros e seguros, foram destacadas pelo entrevistado E9, lembrando que os pequenos produtores tinham dificuldade para obter crédito antes da criação do PRONAF, como bem destacou Guanziroli (2007).

No que se refere aos programas complementares ao PRONAF, que visam reduzir os riscos de produção e comercialização, 64% dos entrevistados fizeram referência ao tema, especialmente ao PROAGRO, entendendo que estes ajudam e muito os pequenos produtores nos momentos mais difíceis. Bianchini (2015) afirmou que o Brasil é um dos poucos países do mundo que possui tão amplo conjunto de políticas públicas para a agricultura familiar. O entrevistado E3 destacou a importância de receber o seguro quando ocorre quebra da safra.

E3: *“O PRONAF é importante, ele é uma garantia de que o produtor vai poder fazer a safra o ano que vem e, além disso, ele tem um seguro, o PROAGRO. Isso é importante também, quanto gente que acessa o seguro e recebe um percentual, recebe 100%”.*

Por fim 54% dos entrevistados, ao reconhecerem a importância do crédito via PRONAF e o quanto este gerou desenvolvimento na região, destacaram a importância da orientação para utilização do crédito de forma correta e consciente.

E2: *“Na minha visão, quem usa o dinheiro de forma adequada e investe ele corretamente, seguindo o projeto, com toda certeza tem retorno”.*

E8: *“Melhorou bastante em Canguçu a partir do momento que as entidades começaram a orientar o crédito, além de só liberar. Fazer acompanhamento, fazer um projeto bem elaborado, e depois fazer a fiscalização, para ver se realmente foi aplicado, e ao fim para verificar se teve retorno”.*



Estas últimas observações dos entrevistados E2 e E8 apontam na mesma direção do estudo de Schneider *et al* (2004). Estes previram que uma assistência técnica de qualidade é fundamental para o desenvolvimento da agricultura familiar.

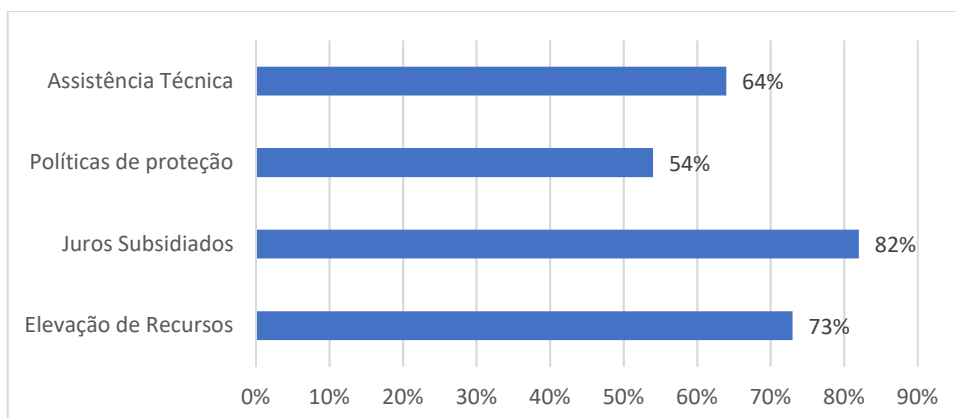
Conclui-se então, com base na percepção dos entrevistados, que o PRONAF foi decisivo para o desenvolvimento da economia local e, em Canguçu, cumpriu seu papel ao apoiar o pequeno produtor no aumento e diversificação da produção.

Quanto ao papel do programa no sentido de apoiar a expansão da produção no âmbito da agricultura familiar, é assunto consensual em praticamente todos os trabalhos, ou seja, o apoio recebido, especialmente pelos recursos financeiros do crédito rural, é decisivo para os agricultores familiares continuarem a sua reprodução social. E este ponto ganha maior relevância ao mesmo tempo em que o programa se caracteriza como uma política nacional, alcançando praticamente todos os municípios brasileiros (MATTEI, 2006, p. 52).

Mattei (2006) também destaca as externalidades positivas sobre outros indicadores:

A maior oferta de crédito estimula os agricultores familiares a expandir sua produção, gerando-se externalidades positivas sobre outros indicadores econômicos e sociais dos municípios beneficiados pelo programa, como é o caso de aumentos no nível de emprego local, da arrecadação tributária local e do próprio PIB geral e setorial dos municípios (MATTEI, 2006, p. 57).

O gráfico 15 apresenta o resumo dos principais pontos relatados pelos entrevistados como fatores que justificam o impacto positivo do PRONAF na economia local.



**Gráfico 15: Fatores de impacto na economia local**

Fonte: pesquisa de campo

A próxima seção aborda a percepção dos entrevistados quanto ao impacto do PRONAF na renda e na produtividade nas pequenas propriedades de Canguçu.

#### **4.6.3 Impacto na Renda e Produtividade**

No que se refere ao impacto na renda do produtor ao contribuir para o aumento de produtividade, com mais tecnologia, melhores insumos e a diversificação de produção, a percepção de 100% dos entrevistados é que o PRONAF em Canguçu cumpre os objetivos para o qual foi criado, sendo uma ferramenta importante para a modernização da propriedade, incremento em produtividade, gestão das pequenas propriedades e conseqüente elevação na renda do agricultor. O programa, principalmente por suas linhas de investimento, trouxe acesso à tecnologia e a modernos equipamentos de produção para as pequenas propriedades.

*E3: “O agricultor conseguiu via PRONAF comprar o trator e o pulverizador. Está produzindo mais, ou produzindo a mesma coisa, mas está preservando a natureza. Temos que olhar pelo lado do meio ambiente, a área ocupada com plantação diminuiu, mas aumentou a produtividade e a renda, graças a aplicação da tecnologia”.*

*E4: “Com certeza consegue produzir mais. Não tenho dúvida quanto a isto. O crédito para investimento permite que o produtor melhore o modo de produção e o manejo na propriedade. Isto tudo vai agregando renda”.*

*E5: “Com certeza, acho que ele consegue produzir mais. Teoricamente ele vai ter mais renda e vai sobrar mais, com certeza. Vai trabalhar melhor. Por exemplo as pessoas que tinham antigamente um equipamento que conseguia produzir pouca área. Hoje ele consegue produzir 2, 5, 10 vezes mais com equipamentos mais modernos e é pela linha de crédito que ele comprou. Óbvio que ele vai produzir muito mais”.*

*E11: “O PRONAF melhorou muito as condições para produzir. Hoje temos maior produtividade e renda para o agricultor.”*

Os entrevistados E3, E4, E5 e E11 destacaram a modernização, especialmente quanto aos equipamentos de produção, como fator preponderante para o aumento da produtividade e, conseqüentemente, da renda.

E1: *“O PRONAF é importante sim para renda da família do agricultor. Desejo que o PRONAF continue sempre muito forte porque isso desenvolve as famílias que estão no meio rural”.*

E9: *“O PRONAF veio para canguçu e mudou a vida de muitas pessoas”.*

Já para os entrevistados E1 e E9 a realidade local quanto a renda das famílias da zona rural seria muito diferente, para pior, caso não existisse o PRONAF.

As percepções dos entrevistados acima relatadas vão ao encontro do estudo de Buainain *et al* (2003). Estudo este que apontou o aumento da produtividade e, conseqüentemente, da renda como uma das maiores virtudes do programa. Na mesma linha, importante destacar que uma das diretrizes do programa é aumentar a capacidade produtiva e de renda do agricultor familiar (BRASIL, 1996), o que foi verificado em Canguçu na visão dos atores ora entrevistados.

Um elemento destacado quase como unanimidade pelos estudos catalogados diz respeito às respostas produtivas do programa, ou seja, verifica-se a ocorrência de grande expansão da produção agropecuária no âmbito dos setores da agricultura familiar que são apoiados pelo PRONAF, comparativamente àqueles produtores que não têm acesso aos benefícios dessa política pública (MATTEI, 2006, p. 57).

Merece destaque também o fato de Canguçu figurar no cenário Nacional como uma das regiões que mais produz tabaco no Brasil. 82% dos entrevistados fizeram referência a este tema, afirmando que, além do PRONAF, a cultura do tabaco tem forte impacto na renda do pequeno produtor de Canguçu. A produção de tabaco tem como características pequenas propriedades, trabalho familiar e cadeia de comercialização organizada e integrada, estando fortemente estabelecida nesta região (AFUBRA, 2018). Na sequência apresenta-se o relato dos entrevistados E3, E5 e E6.

E3: *“O tabaco, que é um mal para saúde humana, para o bolso do produtor faz bem. É a cultura que traz mais lucros para dentro de Canguçu”.*

E5: *“Eu não consigo enxergar Canguçu sem o fumo. Eu não sei dizer o quanto ele causa mal para a saúde humana, mas para a cidade e para o comércio ele é bom. Se você analisar as pequenas propriedades que Canguçu tem e tirar o fumo, não teríamos o que colocar para essas pessoas produzirem mantendo a renda minimamente parecida”.*

E6: *“Se acabássemos hoje com o fumo, iríamos retroceder muitos anos. O fumo tem toda a infraestrutura de aporte das empresas, assistência técnica e compromisso de compra, então ele é uma cadeia difícil de substituir”.*

Outro ponto importante é que o fumicultor não perde a habilitação ao PRONAF, logo várias iniciativas têm sido feitas ao longo dos anos na região para incentivar a diversificação da produção como forma de gerar outras formas de renda ao produtor. 82% dos entrevistados apontaram a diversificação da produção como fator importante do desenvolvimento da região e da renda do pequeno produtor.

E4: *“Vejo que, em função do fumo, em Canguçu não temos ou temos muito pouco hortifrutigranjeiros, o que é uma bela oportunidade de gerar renda. Neste ponto vejo uma potencialidade a ser explorada, mas precisa desapegar do fumo”.*

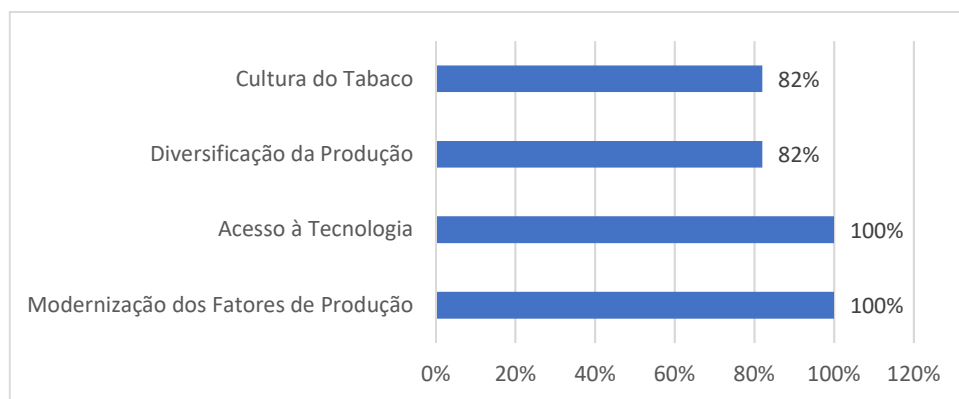
E8: *“Na minha opinião, além de gerar mais renda, ele gera a diversificação de produção, aquisição de implementos e melhoria na propriedade. Nós trabalhamos com pequenos agricultores, as vezes financiamos duas ou três vacas de leite, para quem está começando. Nós incentivamos e então ele financia e começa uma outra atividade, diversifica a renda e também a atividade na propriedade”.*

A diversificação da produção, como forma de estimular a produção de alimentos e de criar diferentes alternativas de renda, é um fator importante na visão dos atores entrevistados, como relatado por E4 e E8, na mesma linha de estudos como os de Buainain *et al* (2003) e Bianchini (2015). Estes autores atestaram a importância da diversificação da produção como forma de melhorar a condição de vida

do pequeno agricultor bem como o fato do PRONAF ser uma importante ferramenta na estratégia de segurança alimentar do país.

Conclui-se que, com base nas percepções dos entrevistados, que o PRONAF é um programa que de fato favorece o pequeno agricultor para melhorar a produtividade, modernizar os fatores de produção, aumentar a renda e prestar assistência técnica. Em Canguçu não foi diferente, para os entrevistados o PRONAF é uma ferramenta importante para aumentar a renda e produtividade do agricultor familiar.

O gráfico 16 apresenta resumo dos principais pontos relatados pelos entrevistados como fatores que justificam o impacto positivo do PRONAF na renda e produtividade do agricultor familiar.



**Gráfico 16: Fatores de impacto na renda**  
Fonte: pesquisa de campo

A próxima seção tratará a percepção dos atores entrevistados quanto ao impacto do PRONAF na qualidade de vida do agricultor familiar de Canguçu.

#### 4.6.4 Impacto na Qualidade de Vida

No tocando à percepção dos entrevistados se o PRONAF gera impacto na qualidade de vida dos pequenos produtores de Canguçu, 91% dos entrevistados apontaram enxergar relação direta entre as variáveis. Percebe-se, na opinião destes, que com o PRONAF os pequenos produtores têm acesso a técnicas de produção e tecnologias mais modernas. Desta forma, além da diminuição considerável do

trabalho braçal, o aumento de produtividade observado trouxe elevação na renda dos produtores. Com maior renda, melhores condições de vida. Para um dos entrevistados, embora aponte que o PRONAF atenua em parte os problemas do campo, ainda há necessidade de políticas públicas que tragam mais avanço em qualidade de vida, especialmente no acesso a saúde e educação, embora reconheça que são problemas macro, a nível nacional.

E2: *“Sim, eu digo porque minha família se desenvolveu com a linha do PRONAF. O que temos hoje conquistamos com muito trabalho, mas com ajuda do PRONAF. Quem investe, tem uma melhora de vida, tem um incentivo maior de ficar no interior. O interior hoje tem uma perspectiva de vida eu diria de 80% a 90% melhor que na cidade.”*

E4: *“Converso muito com eles. Percebo eles realizados quando conseguem através do acesso à tecnologia, como por exemplo um trator novo, melhorar a condição de vida, ter uma renda melhor. Vejo as famílias evoluírem, que dá para agregar valor ao trabalho, e começa a ser interessante ficar no campo”.*

E6: *“Vejo relação, vou lhe dar um exemplo: hoje você tem um produtor da agricultura familiar que tem um conforto de ter um trator gabinado, um conforto que permite produzir mais com qualidade de vida. Permite melhorias na estrutura da propriedade como construção de galpão, isso traz um conforto para ele também. O PRONAF viabiliza isso, melhorando o convívio dele e a produção”.*

E7: *“O PRONAF traz qualidade de vida, ele providencia melhorias na propriedade, melhorias nas máquinas e melhorias nas benfeitorias. Por exemplo a internet, tem muitas que são financiadas pelo PRONAF e se o produtor não tivesse isso não teria acesso”.*

E9: *“Eu acredito que o PRONAF deu condições do pessoal se equipar, se modernizar, praticamente sair da tração animal que era usada anteriormente. Hoje está tudo modernizado graças aos recursos do PRONAF”.*

Os relatos acima dos entrevistados E2, E4, E6, E7 e E9 destacam o acesso a técnicas e equipamentos modernos como fator de aumento de produtividade, renda e qualidade de vida.

Na visão dos atores entrevistados, se sobressai a questão econômica, do crescimento da renda como fator mais importante para a melhora da condição de vida na zona rural do município, o que corrobora com Oliveira (2002) quando destaca que a qualidade de vida está intimamente ligada ao crescimento da economia, da renda das pessoas. Contudo, há autores que vão além do aspecto econômico como é o caso de Brum (2012), que traz os aspectos humanos como acesso à educação e saúde como importantes quando se analisa o tema qualidade de vida.

Um ponto interessante, que foi destacado por 73% dos entrevistados enquanto explanavam sobre PRONAF e qualidade de vida, foi que o êxodo rural foi atenuado na região em relevante medida pelos incentivos e benefícios do programa. Os entrevistados E4, E8 e E10 apontam que hoje a qualidade de vida no interior de Canguçu se equipara a da cidade, o que faz com que muitos jovens optem por permanecer na atividade rural.

E4: *“Com o acesso à tecnologia, os filhos já pensam em continuar na atividade rural assim como os pais. Tornou mais atrativo para a juventude ficar na propriedade, que antes não queriam”.*

E8: *“É uma ferramenta importante, ela ajuda a desenvolver para ter um pouco mais de renda e fixar na propriedade, para não sair e não ter o êxodo rural. Nós percebemos que os que financiam diversificam a produção, se fixando no interior”.*

E10: *“Antigamente o pessoal tinha vergonha de ser do interior. Hoje isto está equiparado. Muitas pessoas estão indo para o interior, para trabalhar com os pais, que vão ter uma renda maior do que trabalhar na cidade, onde a crise está grande”.*

A questão da redução do êxodo rural identificada nas entrevistas como resultado da implementação do PRONAF na região estudada é apontada por Sousa (2011) como um dos benefícios que o PRONAF apresenta.

Outro ponto abordado por 55% dos entrevistados foi que PRONAF e toda a organização social local que se deu a partir da sua criação, contribuíram para melhorar

o acesso a educação e a saúde no interior de Canguçu. Destacam-se aqui, no campo da educação, o acesso a internet e a dispositivos móveis de comunicação e a criação de cursos de capacitação tanto pelos atores locais quanto por EAD. Hoje o produtor tem acesso a informação de qualidade. Já no campo da saúde, o principal ponto destacado é que com a organização em torno do sindicato de trabalhadores rurais, um dos maiores do tipo na América Latina, os agricultores familiares têm acesso a serviços de medicina e odontologia.

*E4: “Quanto ao acesso à educação, entendo que ainda precisa ser melhorado, embora seja uma questão macro. Mesmo não solucionando a questão, o acesso a novas tecnologias pelo PRONAF ameniza, de certa forma, o problema. O município de Canguçu tem uma característica muito forte de organização entre as entidades. Isto facilita acesso, por exemplo, à serviços de saúde que não existiriam não fosse a grande quantidade de pequenos agricultores e, nesta linha, o apoio do PRONAF é relevante. O próprio sindicato é um agente importante pois fornece assistência médica e odontológica aos produtores”.*

*E5: “O PRONAF permite que eles tenham acesso a várias coisas, como computadores e celulares. O produtor hoje tem mais acesso a informação e conhecimento. Pode estudar online em casa, então melhora a educação”.*

Os entrevistados E4 e E5 destacaram o acesso a informação e a equipamentos como celulares e computadores com ponto positivo no desenvolvimento educacional dos agricultores. E4 ainda fez referência a organização local em torno do sindicato como facilitador para o acesso a serviços como, por exemplo, de saúde.

Além do já destacado estudo de Brum (2012) no que se refere a acesso à educação e saúde como variáveis importantes na análise de qualidade de vida, a articulação entre os atores é fator fundamental para a implementação do PRONAF. Estudos de Zani e Costa (2014) e Sacco dos Anjos *et al* (2015) identificaram que, para a melhor implementação do PRONAF, é necessário que todas as entidades que atuam na execução do PRONAF atuem de forma organizada e articulada. Uma boa concertação local é muito importante.

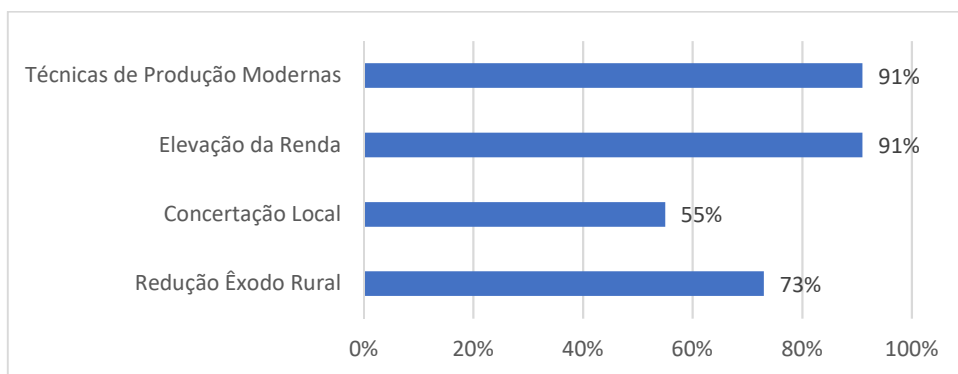


De fato, o destaque do processo de implementação do PRONAF reside em seu contexto interinstitucional. A interação entre diferentes atores para o desenvolvimento da política, incluindo movimentos sociais, órgãos públicos e agentes bancários, fomenta atualizações constantes no escopo do programa [...] e pode assegurar a manutenção do patamar de qualidade operacional alcançado pelo PRONAF (ZANI e COSTA, 2014, p. 909).

Conclui-se que, na percepção dos entrevistados, o PRONAF contribui para a melhoria da condição de vida na zona rural do município, especialmente por viabilizar aumento de renda ao produtor. Em que pese existirem dificuldades nas áreas de educação, saúde e segurança, problemas estes que atingem a maior parte dos municípios do Brasil, o PRONAF de certa forma os atenua, pois além da renda, traz acesso a novas tecnologias e, por ser construído a partir de ampla organização local, viabiliza ações que auxiliam toda a comunidade. Enfim, “*seria muito pior se não existisse o PRONAF* (Entrevistado E9)”.

Deve-se registrar que há um consenso mínimo entre os analistas do programa de que, devido ao nível de fragilidade de parte da agricultura familiar, sua situação econômica e social estaria em níveis mais precários caso não existisse o PRONAF (MATTEI, 2006, p. 58).

O gráfico 17 apresenta o resumo dos principais pontos relatados pelos entrevistados como fatores que justificam o impacto positivo do PRONAF na qualidade de vida do agricultor familiar.



**Gráfico 17: Fatores de impacto na qualidade de vida**

Fonte: pesquisa de campo

## 5. Plano de Ação

A seguir, apresenta-se o plano de ação para a melhor utilização dos benefícios que o incentivo via política pública do PRONAF pode gerar no município. As ações ora elencadas, como proposta de intervenção, foram identificadas com base no estudo bibliográfico realizado, nos dados oficiais apresentados e analisados e, especialmente, nas entrevistas realizadas com os atores que operam o programa no município, onde foram exploradas as carências e potencialidades da região.

As ações apresentadas têm como característica central a viabilidade de execução pelos atores locais.

Em um país como o Brasil, é impossível ignorar as diferenças regionais e especificidades locais. É de fundamental importância conhecer as potencialidades e o desenvolvimento local, buscando soluções locais concertadas com os agentes relevantes (BUAINAIN *et al*, 2003, p. 344).

O presente plano, para melhor organização, é dividido em três dimensões: capacitação, assistência técnica e proteção da vida; potencialidades locais; e infraestrutura, novas tecnologias e simplificação do processo.

Dimensão capacitação, assistência técnica e proteção da vida:

Planejamento					Verificação
Item	O quê	Quem	Como	Periodicidade	Resultados esperados
1	Participação das instituições financeiras nas reuniões do Conselho de Desenvolvimento Rural	Instituições financeiras e Poder Público Municipal	Nas reuniões mensais do conselho, abertura de espaço para as instituições financeiras divulgarem seus serviços as lideranças dos produtores	Mensal e em forma de rodízio	Melhorar o acesso a informação e as soluções de crédito e serviços disponíveis aos produtores
2	Evento de divulgação e lançamento dos planos de safra	Instituições financeiras	Realizar evento com todos os atores que atuam no	Anual em cada lançamento de novo plano de safra	Divulgar as novidades e condições do crédito para o

			PRONAF e clientes para divulgação dos planos de safra		próximo ano agrícola
3	Expandir ações de capacitação técnica para o produtor	STR e EMATER	Incrementar a realização de palestras e/ou dias de campo com agrônomos. Buscar junto ao SENAR cursos técnicos	Bimensal	Divulgar novas técnicas de produção a fim de melhorar a produtividade
4	Realizar ações de capacitação financeira e de gestão para o produtor	STR, EMATER e Poder Público Municipal	Palestras ou participação em treinamentos pelos gestores das instituições financeiras	Trimestral	Orientar e melhorar a gestão financeira da propriedade, com o uso consciente do crédito
5	Melhorar a assistência técnica prestada ao produtor	Empresas de assistências técnicas	Prestar assistência técnica em todo o ciclo produtivo, orientando o produtor para obter a melhor produtividade	Mensal	Reduzir as probabilidades de perda de produção devida a correta orientação técnica
6	Assistência técnica em grupos	STR, EMATER e Empresas de Assistência Técnica	Organizar grupos para prestação de assistência técnica	Permanente, em especial na safra	Alcançar pequenos produtores não assistidos e prestar orientação técnica
7	Consultoria para aspectos legais	STR e Empresas de Assistência Técnica	Prestar consultoria quanto à adequação a legislação ambiental	Permanente	Reduzir riscos legais e habilitar os produtores para projetos mais complexos
8	Seminários de prevenção de saúde e uso correto de agrotóxicos	Poder Público Municipal	Instruir os agricultores quanto ao uso correto de agrotóxicos e demais produtos químicos	Trimestral	Prevenir e reduzir danos à saúde dos agricultores

			utilizados na produção		
9	Novos convênios ou planos de saúde	Poder Público Local e STR	Buscar novos convênios com operadores de planos ou serviços de saúde aos associados do sindicato	Permanente	Permitir o acesso a novos serviços de saúde e especialidades
10	Seguridade para proteção da vida, propriedade e renda	Instituições Financeiras e Empresas de Assistência Técnica	Estimular e orientar para a contratação de produtos de seguridade como forma de proteção a vida, a propriedade e a produção agrícola	Permanente	Proteger a vida, danos a propriedade e perdas na produção agrícola. Reduzir as glosas nos casos de sinistro

Dimensão potencialidade locais:

11	Apoio ao turismo rural	Poder público municipal	Desenvolver plano de turismo rural aproveitando as potencialidades do município, belezas naturais e agroindústrias familiares	Permanente	Desenvolver a zona rural do município através de iniciativas de apoio ao turismo rural
12	Fortalecimento e desenvolvimento de agro industrias familiares	Poder público municipal, instituições financeiras e Emater	Planejar e financiar a criação e expansão de agro industrias familiares	Permanente	Incentivar a transformação da propriedade em agroindústria, comercializando o produto acabado
13	Incentivo a bovinocultura de leite e corte como forma de diversificar a renda na propriedade	STR e EMATER	Apoiar a aquisição de animais visando diversificar a renda do produtor	Permanente	Elevar a renda na propriedade com a diversificação. Mitigar riscos devido a mais de uma fonte de renda

14	Como alternativa a bovinocultura, incentivar a ovino e caprinocultura como forma de diversificação e geração de renda	STR e EMATER	Apoiar a aquisição de animais explorando alternativas como ovinos e caprinos	Permanente	Elevar a renda na propriedade com a diversificação. Mitigar riscos devido a mais de uma fonte de renda
15	Apoiar produção agroecológica	Poder Público Municipal, EMATER e STR	Realização de feiras especializadas em produtos orgânicos	Semanal	Melhorar condições de saúde e elevar a renda aproveitando nicho específico para produtos sem agrotóxicos
16	Integração da cadeia do milho	Todos os atores	Organizar via cooperativa estrutura para armazenamento e comercialização do milho	Permanente	Melhorar as condições de comercialização do milho
17	Pecuária de corte com confinamento	STR, EMATER e Empresas de Assistência Técnica	Realizar projetos de investimento para confinamento na pecuária de corte	Permanente	Alternativa para aumentar a produtividade e renda com a pecuária de corte
18	Estimular a produção de hortifrutigranjeiros	Poder Público Municipal	Incentivar a realização de feiras locais, aquisição de alimentos via PNAE e PEE e abastecimento do polo de Pelotas	Permanente	Aumentar a renda através da diversificação da produção, incentivando a produção de alimentos
19	Aquisição de insumos em grupos ou outras formas de associativismo	STR	Associativismo para a aquisição de insumos	Antes do início de cada ciclo produtivo	Reduzir custos na aquisição de insumos
20	Fruticultura	STR, EMATER e Empresas de	Recuperar a cadeia do pêssego e estimular a do morango	Permanente	Aumentar renda com a diversificação da produção

		Assistência Técnica			
21	Nogueira pecã e oliveira	STR e EMATER	Investir em culturas alternativas que recentemente chegaram a região	Permanente	Aumentar renda com a diversificação da produção
22	Laticínios e aves	Todos	Construir alternativa de comercialização para estes segmentos em função da situação da Cosulati	Permanente	Recuperar a comercialização de leite e aves visando manutenção da renda aos produtores

Dimensão infraestrutura, novas tecnologias e simplificação do processo:

23	Incentivar a construção de estruturas de armazenagem nas propriedades	STR, EMATER e instituições financeiras	Desenvolver projetos de construções de unidades de armazenagem financiadas no PRONAF investimento	Permanente	Melhorar as condições de armazenagem permitindo ao produtor comercializar no momento mais vantajoso
24	Melhoria das estradas rurais visando melhor infraestrutura para escoamento da produção	Poder Público Municipal	Manutenção periódica nas estradas rurais e investimento em calçamento nas principais vias	Mensal com prioridade na época da safra	Reduzir os custos com o transporte da safra
25	Simplificar a documentação para obtenção do crédito	Instituições financeiras	Atenuar, na sua alçada, as exigências para obtenção do crédito, em especial os de pequeno valor	Permanente	Facilitar o acesso e aumentar o número de famílias atendidas pelo programa
26	Aumentar a rede de correspondentes bancários	Instituições financeiras, STR, EMATER e revendas	Facilitar o encaminhamento do projeto de financiamento	Permanente	Facilitar o acesso e aumentar o número de famílias

					atendidas pelo programa
27	Regularização Fundiária	Poder Público Municipal	Realizar convênio com as Universidades da região para projeto de regularização fundiária	Permanente	Com as propriedades regularizadas, elevar o acesso ao PRONAF
28	Regularização de documentos de propriedade e contratos de arrendamento	STR e Empresas de Assistência Técnica	Auxiliar na regularização de documentos e contratos junto aos cartórios locais	Permanente	Com as propriedades e contratos regularizados, elevar o acesso ao PRONAF
29	Investimento em recuperação de terras e áreas degradadas	STR, EMATER, Instituições Financeiras e Empresas de Assistência Técnica	Realizar projetos de investimento para recuperação de áreas	No início do ciclo produtivo	Aumentar a produtividade
30	Energias alternativas	STR, EMATER e Empresas de Assistência Técnica	Realizar projetos de investimento para energia fotovoltaica e eólica	Permanente	Reduzir os custos com energia na propriedade
31	Irrigação	STR, EMATER e Empresas de Assistência Técnica	Realizar projetos de investimento em irrigação	Permanente	Aumentar a produtividade e reduzir perdas por efeitos climáticos

**Quadro 5 - Proposta de intervenção (plano de ação)**

Fonte: elaboração própria

A respeito da periodicidade das ações, não há a pretensão aqui de estabelecer um cronograma específico. As mesmas podem ser implementadas na sequência que melhor convier aos atores envolvidos no PRONAF na região, conforme suas prioridades e capacidade de execução. Esta proposta será concluída com a apresentação do presente plano de intervenção a todas as entidades participantes onde estas poderão decidir então a melhor forma de implementação.

## 6. Considerações Finais

Diversos estudos, nacionais e internacionais, apontam que o investimento em agricultura é de grande relevância para o desenvolvimento de uma nação por meio da geração de riqueza, especialmente para países em desenvolvimento.

No Brasil, desde o período da colonização, a agropecuária está intimamente ligada ao nosso desenvolvimento econômico (SARTOR *et al*, 2014). Políticas públicas de apoio a este segmento foram implementadas ao longo dos anos como forma de incentivar a produção.

Desde sua criação, o PRONAF tem possibilitado o acesso ao crédito em condições diferenciadas a uma parcela de agricultores que até então encontravam uma série de dificuldades para financiar suas atividades produtivas. Tratam-se dos agricultores familiares, que ganharam destaque no cenário das políticas públicas em meados da década de 90, após varias mobilizações sociais.

Considerando a diversidade deste segmento existente no Brasil, no que diz respeito a questões climáticas, culturais, de infraestrutura e fundiárias, o programa tem passado por diversas transformações e melhorias, desde a sua criação, fazendo com que ao longo dos anos seus benefícios sejam alcançados por uma parcela cada vez maior de agricultores familiares (DELGADO, 2012).

O presente estudo trouxe como objetivo analisar o impacto da concessão de crédito no âmbito do PRONAF na economia local de Canguçu/RS. O município de Canguçu foi selecionado como local do estudo em função da grande quantidade de pequenas propriedades lá existentes e da tradição da agricultura familiar na região.

Com base de dados obtidos junto ao IBGE, pode-se observar a evolução do PIB do município no período de 2002 a 2015. Destaca-se o forte impacto do setor agropecuário, com reflexos indiretos no setor de comércio e serviços.

No que se refere aos recursos do PRONAF, com base de dados obtidos junto a SEAD, pode-se constatar a evolução dos valores aplicados no município no mesmo período. Além do crescimento observado, necessário é destacar que em Canguçu, o PRONAF cumpriu o papel para o qual foi idealizado, de reduzir a desigualdade no acesso ao crédito rural subsidiado entre o grande e pequeno produtor. Ao longo do período estudado o PRONAF representou entre 30 a 50% do crédito rural total investido no município.



Foi realizada uma análise de causalidade entre os recursos aplicados no PRONAF e o PIB agropecuário em Canguçu. Os resultados indicam que as duas variáveis, PRONAF e PIB, apresentaram interdependência temporal, indicando que estão intimamente relacionadas no longo prazo. O aumento dos recursos investidos pelo PRONAF sugere tendência de crescimento do PIB agropecuário, reforçando a importância do investimento em programas como o PRONAF, os quais buscam apoiar o pequeno produtor rural.

No que diz respeito à qualidade de vida, foi apresentada a evolução do IDH do município. Por limitação de dados, visto que o índice foi divulgado apenas em 1991, 2000 e 2010, este não fez parte da análise estatística. Percebeu-se uma significativa evolução dos resultados em Canguçu, porém ainda há muito a melhorar especialmente ao compararmos com municípios semelhantes.

Para conhecer a percepção das lideranças das entidades que atuam na execução do PRONAF em Canguçu foram realizadas entrevistas semiestructuras com intuito de identificar, na percepção destes, o impacto do PRONAF na economia local, na renda e na qualidade de vida dos agricultores familiares de Canguçu.

Os resultados observados demonstram que, em Canguçu, o PRONAF tem alcançado seus principais objetivos. Na ótica dos atores entrevistados o PRONAF tem forte influência no desenvolvimento da economia local, no aumento e geração de renda com conseqüente estímulo do comércio local, do aumento da produtividade através do acesso à novas tecnologias e melhoria da assistência técnica, como instrumento para atenuar o êxodo rural, da diversificação da produção e da melhoria da condição de vida na zona rural do município. Ou seja, o programa está dando certo.

Conclui-se o trabalho com a construção de um plano de ação, fruto do estudo bibliográfico realizado, da análise dos dados apresentados e, principalmente, da percepção dos atores locais sobre a execução do PRONAF em Canguçu, suas carências e potencialidades. O presente plano tem como objetivo intervir na realidade local observada, razão maior de um mestrado profissional, para melhorar e incrementar o acesso e a execução desta importante política pública, aproveitando ao máximo as potencialidades locais.

Para pesquisas futuras, sugere-se a realização de estudos em outras localidades ou regiões do país, especialmente o norte e nordeste visto que recebem proporcionalmente menos recursos do programa (MARIONI *et al*, 2016).

## Referências

- AFUBRA. **Portal da Associação dos Fumicultores do Brasil**. Disponível em <<https://afubra.com.br/fumicultura-brasil.html>>. Acesso em 12 set. 2018.
- ALEXANDER, C. **Market Models: A Guide to Financial Data Analysis**. Chichester: John Wiley & Sons Ltd, 1 ed., 2001.
- ALMEIDA, M. A. B.; GUTIERRES, G. L.; MARQUES, R. **Qualidade de vida: Definição, conceitos e interfaces com outras áreas de pesquisa**. São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades - EACH/USP, 2012.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.
- BCB. **Matriz de Dados do Crédito Rural do Banco Central do Brasil**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/c/MICRRURAL/>>. Acesso em: 27 mar. 18.
- BCB. **Resolução nr 2191 de 24 de agosto de 1995 do Banco Central do Brasil**. Institui o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.
- BIANCHINI, V. **Vinte anos do PRONAF, 1995 - 2015: avanços e desafios**. Brasília: SAF/MDA, 2015.
- BNB. **Grupo e Linhas de Crédito PRONAF – Quadro Resumo**. Disponível em <[https://www.bnb.gov.br/documents/165130/165145/tabela\\_grupos\\_Pronaf-Jul\\_18.pdf/5b0c0718-698e-7d73-f311-fe0b06f3fa5b](https://www.bnb.gov.br/documents/165130/165145/tabela_grupos_Pronaf-Jul_18.pdf/5b0c0718-698e-7d73-f311-fe0b06f3fa5b)>. Acesso em 15 out. 18.
- BRASIL. **Lei nº 4.829 de 05 de novembro de 1965**. Institucionaliza o crédito rural.
- BRASIL. **Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.
- BRASIL. **Decreto nº 1946 de 28 de junho de 1996**. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências.
- BRUM, L. M. Qualidade de vida dos professores da área de ciências em escola pública no Rio Grande do Sul. **Revista Trab. educ. saúde**, vol.10, n. 1 Rio de Janeiro, Mar/Jun, 2012.
- BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R.; GUANZIROU, C. **Agricultura familiar e o novo mundo rural**. Porto Alegre: Sociologias, vol. 5, n. 10, 2003.
- CAMARA, M. R. G. *et al.* **PRONAF: Uma análise dos impactos sobre as economias locais do estado do Paraná**. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Campo Grande/MS: 2010.
- CASTRO, C. N. *et al.* **Avaliação dos impactos regionais do Programa Nacional de Agricultura Familiar**. Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica

Aplicada (IPEA), No. 1974, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília: 2014.

CERVANTES-GODOY, D.; DEWBRE, J. **Economic Importance of Agriculture for Poverty Reduction**, *OECD Food, Agriculture and Fisheries Papers*, No. 23, OECD Publishing, Paris: 2010.

DAWALIBI, N. W. *et al.* **Envelhecimento e qualidade de vida**: análise da produção científica da SciELO. *Estud. psicol. (Campinas)* v.30, n.3, 2013.

DELGADO, N. G. **Agronegócio e agricultura familiar no Brasil**: desafios para a transformação democrática no meio rural. *Novos Cadernos NAEA*. v. 15 n. 1: 2012.

EHLERS, R.S. **Análise de Séries Temporais**. 5ª Edição. 2009. Disponível em <<http://www.icmc.usp.br/~ehlers/stemp/stemp.pdf>>. Acesso em 02 abr 2018.

IBGE. **Portal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Censo Agropecuário de 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. 2006. Acesso em: 02 abr. 2018.

IBGE. **Portal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. 2018. Acesso em: 27 mar. 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

GRANDO, M.Z. **Pequena agricultura em crise**. Porto Alegre: FEE, 1990.

GRANGER. **Developments in the Study of Cointegrated Economic Variables**. *Oxford Bulletin of Economics and Statistics*, v. 48, 1986.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, n. 1, Brasília/DF: 2014.

GUANZIROLI, C. E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 45, n. 2, Brasília/DF: 2007.

GUJARATI, D.N.; PORTER, D.C. **Econometria Básica**. Porto Alegre: AMGH, 5.ed, 2011.

IZUCHUKWU, O. **Analysis of the Contribution of Agricultural Sector on the Nigerian Economic Development**. *World Review of Business Research* Vol. 1. No. 1. Melbourne, Austrália: 2011.

MARIONI, L. S. *et al.* Uma Aplicação de Regressão Quantílica para Dados em Painel do PIB e do PRONAF. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. v.54 n.2 Brasília (DF): 2016.

MATTEI, L. **PRONAF 10 anos**: mapa da produção acadêmica. Brasília: MDA, 2006.

- MORETTIN, P. A.; TOLÓI, C. M. C. **Análise de séries temporais**. 2.ed. São Paulo: Editora Edgard Blücher, 2006.
- MOURA, E. H. F.; BERNARDES, E. M. Estrutura lógica como metodologia para avaliação de políticas públicas: uma análise do PRONAF. Rio de Janeiro: **Revista de Administração Pública - RAP**, vol. 48, n. 3, 2014.
- OLIVEIRA, G. B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**, Curitiba, v.5, n.2. mai/ago. 2002.
- PIRES, M. J. S. **Contradições em processo**: um estudo da estrutura e evolução do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): 2000 a 2010. Brasília: Ipea, 2013.
- PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil 2013**. Disponível em: <[http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/cangucu\\_rs](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/cangucu_rs)>. Acesso em: 17 abr. 2018.
- PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano do Brasil 1996**. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>>. Acesso em: 17 abr. 2018.
- ROCHA JÚNIOR, A. B.; CASSUCE, F. C. C.; CIRINO, J. F. Determinantes do uso do crédito rural do PRONAF em 2014. **Revista de Política Agrícola**. Vol. 26: 2017.
- ROCHA, F. E. C.; ALBUQUERQUE, F. J. B.; COELHO, J. A. M.; DIAS, M. R.; MARCELINO, M. Q. S. **Avaliação do programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar**: a intenção de pagamento do crédito. Porto Alegre: Psicologia Reflexão e Crítica, vol. 22, nr. 1, 2009.
- SACCO DOS ANJOS, F.; CALDAS, N.V; OLIVEIRA, C. Agroindústria familiar e políticas públicas no extremo sul do Brasil. **Revista Desenvolvimento Socioeconômico em Debate**. Unesc, vol.1 nr. 1, 2015.
- SACCO DOS ANJOS, F.; GODOY, W. I.; CALDAS, N. V. **As feiras-livres de Pelotas sob o império da globalização**: perspectivas e tendências. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária, 2005.
- SARTOR, M.J. *et al.* **Contribuição do PRONAF para o crescimento das economias locais**: Uma análise para o Brasil e Regiões. Economia & Região, v.2, n.1, Londrina (PR): jan/jul, 2014.
- SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- SCHULTZ, T. W. **Prize Lecture: The Economics of Being Poor**. Nobelprize.org. Nobel Media AB 2014. Disponível em <[http://www.nobelprize.org/nobel\\_prizes/economic-sciences/laureates/1979/schultz-lecture.html](http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/economic-sciences/laureates/1979/schultz-lecture.html)>. Acesso em 15 abr. 2018.
- SEAD. **Portal da Secretária Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/o-que-é-agricultura-familiar>, 2016>. Acesso em: 27 mar. 2018.

SEAD. **Portal da Secretária Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/brasil-70-dos-alimentos-que-vão-à-mesa-dos-brasileiros-são-da-agricultura-familiar,2017a>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

SEAD. **Plano Safra da Agricultura Familiar 2017 – 2020**. Portal da Secretária Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/plano-safra-da-agricultura-familiar-20172020,2017b>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

SEAD. **Portal da Secretária Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/linhas-de-crédito,2018a>>. Acesso em: 17 abr. 2018.

SEAD. **Portal da Secretária Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/dap/modelos,2018b>>. Acesso em: 17 abr. 2018.

SILVA, M. A.; NEVES, R. J. **Políticas públicas para a agricultura familiar na região Sudoeste mato-grossense: realidade e perspectivas**. Maringá: Acta Scientiarum. Human and Social Sciences, vol. 36, núm. 2, 2014.

SILVA, S. P.; ALVES FILHO, E. Impactos econômicos do PRONAF em territórios rurais: Um estudo para o médio Jequitinhonha/MG. **Revista Econômica do Nordeste**. Vol. 40, nr 3, jul-set 2009.

SOUSA, E. G. **Políticas públicas voltadas ao homem do campo: o PRONAF em Bananeiras - PB**. Paraíba: Universidade Federal da Paraíba Virtual, 2011.

SZMRECSÁNYI, T.; RAMOS, P. **O papel das Políticas Governamentais na Modernização da Agricultura Brasileira**. História Econômica do Brasil Contemporâneo. 2.ed, EDUSP. São Paulo (SP): 2002.

TEIXEIRA, E. C. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**. AATR, Bahia/BA, 2002.

VALDÉS, A.; FOSTER, W. **Reflections on the role of agriculture in pro-poor growth**. World Development, v. 38, n. 10, 2010.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4 ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ZANI, F. B.; COSTA, F. L. Avaliação da implementação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - novas perspectivas de análise. Rio de Janeiro: **Revista de Administração Pública - RAP**, vol. 48, núm. 4, 201

## ANEXOS

### ANEXO A: ROTEIRO DE ENTREVISTA

Qual a atuação da entidade que você representa no PRONAF?

- ( ) instituição financeira
- ( ) poder público
- ( ) assistência técnica
- ( ) sindicato
- ( ) cooperativa
- ( ) outras entidades de organização civil

Sexo: ( ) masculino ( ) feminino

Idade: \_\_\_\_\_

Tempo na função: \_\_\_\_\_

Tempo na entidade: \_\_\_\_\_

Na sua percepção, o crédito via PRONAF tem impacto na economia do município de Canguçu?

Na sua percepção, o crédito via PRONAF tem impacto na geração de renda do agricultor familiar de Canguçu?

Na sua percepção, o crédito via PRONAF tem impacto na melhoria da qualidade de vida do agricultor familiar de Canguçu?

Quais as principais potencialidades e/ou dificuldades para a obtenção de crédito do PRONAF?

### ANEXO B: QUADRO RESUMO LINHAS DE CRÉDITO DO PRONAF

<b>Grupos / Linhas</b>	<b>Público-Alvo</b>	<b>Limite de Crédito</b>	<b>Juros</b>	<b>Prazo, Carência, Bônus de Adimplência e Outras Condições</b>
<b>PRONAF Grupo A</b>	Agricultores(as) assentados(as) pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).	Até R\$ 25.000,00 por agricultor.  Esse valor poderá ser elevado para R\$ 26.500,00 quando contemplar verba para Assistência Técnica.	0,5% ao ano.	Prazo: até 10 anos, incluídos até 3 anos de carência.  Bônus: 43,396% se houver assistência técnica, ou de 40% quando esse serviço não for financiado.
<b>PRONAF Grupo A/C</b>	Agricultores(as) assentados(as) pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA).  Beneficiários(as) do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).	Até R\$ 7.500,00 por operação, podendo cada agricultor contratar até 3 operações.	1,5% ao ano.	Custeio agrícola: até 2 anos.  Custeio pecuário e agroindustrial: até 1 ano.
<b>PRONAF Grupo B</b>	Agricultores(as) familiares com renda bruta anual familiar de até R\$ 23.000,00.  Mulheres agricultoras integrantes de unidades familiares enquadradas nos Grupo A, AC e B do PRONAF.	R\$ 5.000,00 por operação elaborada pela metodologia do Agroamigo (PNMPO)  R\$ 2.500,00, quando elaborada sem a metodologia Agroamigo.	0,5% ao ano.	Prazo: até 2 anos, incluído até 1 ano de carência. Bônus de adimplência: <ul style="list-style-type: none"> <li>• 25% aplicado sobre cada parcela paga em dia.</li> <li>• 40% aplicado sobre cada parcela paga em dia, na região do semiárido, quando o financiamento for destinado a determinadas atividades.</li> </ul> Obs.: O bônus é devido até o limite de valor contratado de R\$ 15.000,00 (Agroamigo) e R\$7.500,00 (demais casos).

<p><b>PRONAF Mulher</b></p>	<p>Mulheres agricultoras, independente do estado civil, integrantes de unidades familiares enquadradas no Grupo V (Renda Variável).</p> <p>Obs.: as mulheres integrantes dos demais grupos serão atendidas no PRONAF Grupo B.</p>	<p>Individual: Até R\$ 330.000,00 (quando destinado às atividades de suinocultura, avicultura, aquicultura, carnicultura (criação de crustáceos) e fruticultura); Até 165.000,00 para os demais empreendimentos e finalidades.</p> <p>Coletivo: até R\$ 800.000,00, respeitados os limites individuais.</p>	<p>2,5% ao ano ou 4,6% ao ano, Dependend o da destinação do crédito. ou juros pós-fixados (*)</p>	<p>Prazo: até 5 anos para financiamentos de caminhonetes de carga.</p> <p>Prazo: até 10 anos, incluídos até 3 anos de carência, para as demais finalidades.</p>
<p><b>PRONAF Mais Alimentos</b></p>	<p>Agricultores(as) familiares enquadrados(as) no Grupo V (Renda Variável)</p>	<p>Individual: Até R\$ 165.000,00.</p> <p>Coletivo: até R\$ 800.000,00, respeitados os limites individuais.</p> <p>Quando destinado às atividades de suinocultura, avicultura, aquicultura, carnicultura (criação de crustáceos) e fruticultura o limite será de R\$ 330.000,00</p>	<p>2,5% ao ano ou 4,6% ao ano, dependend o da destinação do crédito. Ou juros pós fixados (*)</p>	<p>Prazo: até 5 anos para financiamentos de caminhonetes de carga.</p> <p>Prazo: até 10 anos, incluídos até 3 anos de carência, para as demais finalidades.</p>
<p><b>PRONAF Agro-indústria</b></p>	<p>Agricultores familiares enquadrados nos grupos A, A/C, B e Grupo V (Renda Variável) e suas cooperativas, associações e empreendimentos familiares rurais.</p>	<p>Pessoa física: R\$ 165.000,00 Empreendimento familiar rural: R\$ 330.000,00 Coop./Assoc.: R\$ 35.000.000,00.</p>	<p>4,6% ao ano. Ou juros pós-fixados (*)</p>	<p>Prazo: até 5 anos, incluída a carência de até 1 ano, para financiamentos de caminhonetes de carga; Até 10 anos, incluídos até 3 anos de carência.</p>
<p><b>PRONAF Jovem</b></p>	<p>Jovens agricultores e agricultoras familiares maiores de 16 anos e com até 29 anos, pertencentes a famílias enquadradas nos Grupos A, A/C, B e Grupo V (Renda Variável) que atendam as condições previstas no MCR-10-10.</p>	<p>Até R\$ 16.500,00, em até 3 operações.</p>	<p>2,5% ao ano. Ou juros pós-fixados (*)</p>	<p>Prazo: até 10 anos, incluídos até 3 anos de carência.</p>



<b>PRONAF Industrialização de Agroindústria Familiar</b>	Agricultores familiares enquadrados nos grupos A, A/C, B e Grupo V (Renda Variável) e suas cooperativas, associações e empreendimentos familiares rurais.	Pessoa física: até R\$ 12.000,00. Empreendimento familiar rural: até R\$ 210.000,00. Cooperativa singular: até R\$ 10 milhões. Cooperativa central: até R\$ 30 milhões.	4,6% ao ano. Ou juros pós-fixados (*)	Até 12 meses.
<b>PRONAF Semiárido</b>	Agricultores(as) familiares enquadrados(as) nos Grupos A, A/C, B e Grupo V (Renda Variável).	Até R\$ 20.000,00.	2,5% ao ano. Ou juros pós-fixados (*).	Prazo: até 10 anos, incluídos até 3 anos de carência.
<b>PRONAF Custeio</b>	Agricultores(as) familiares enquadrados(as) nos Grupos B e Grupo V (Renda Variável).	Integrante do Grupo B do PRONAF: • Até 5.000,00 pela metodologia Agroamigo • Até R\$ 2.500,00 quando fora da metodologia.  Integrantes do Grupo V (Renda Variável) do PRONAF: Até R\$ 250.000,00.	2,5% ao ano Ou juros pós-fixados (*)	Para as culturas de arroz, feijão, mandioca, trigo, amendoim, alho, tomate, cebola, inhame, cará, batata-doce, batata inglesa, abacaxi, banana, açaí, pupunha, cacau, baru, castanha de caju, laranja, tangerina, olerícolas, erva-mate, cultivos em sistemas de produção de base agroecológica e para o custeio pecuário destinado à apicultura, bovinocultura de leite, piscicultura, ovinos, e caprinos.  Para a cultura de milho, até R\$ 20 mil. Prazo: conforme ciclo produtivo de cada espécie
			4,6% ao ano Ou juros pós-fixados (*)	Para as demais atividades, cultura de milho em propostas acima de R\$ 20 mil e para aquisição de animais destinados a recria e engorda.
<b>PRONAF Agroecologia</b>	Agricultores familiares enquadrados nos grupos A, A/C, B e Grupo V (Renda Variável).	Individual: até R\$ 165.000,00 Coletivo: até R\$ 800.000,00.	2,5% ao ano. Ou juros pós-fixados (*)	Prazo: até 10 anos, incluídos até 3 anos de carência.

<b>PRONAF Floresta</b>	Agricultores familiares enquadrados nos grupos A, A/C, B e Grupo V (Renda Variável).	Agricultores do Grupo V (Renda Variável): Até R\$ 35.000,00 quando se destinar a sistemas agroflorestais;  Até R\$ 27.500,00 para os demais casos.  Agricultores dos Grupos A, A/C e B: Até R\$15.000,00.	2,5% ao ano.  Ou juros pós-fixados (*)	Prazo: até 20 anos, incluída carência limitada de até 12 anos, nos financiamentos com recursos do FNE, destinados exclusivamente para projetos de sistemas agroflorestais, e ao público-alvo do Grupo V (Renda Variável).  Prazo: até 12 anos, incluída a carência de até 8 anos, nos demais casos.
<b>PRONAF ECO</b>	Agricultores familiares enquadrados nos grupos A, A/C, B e Grupo V (Renda Variável).	Individual: Até R\$88.000,00 - para silvicultura. Até R\$16.500,00 por ha, para a cultura da seringueira. Até R\$ 8.800,00 por ha, para a cultura de dendê.  Até R\$ 165.000,00, para as demais finalidades.  Coletivo: Até R\$ 800.000,00.	4,6% ao ano quando se tratar de silvicultura, ou 2,5% para as demais finalidades.  Ou juros pós-fixados (*)	Prazo: até 16 anos, incluídos até 8 anos de carência, dependendo da finalidade do crédito.
<b>PRONAF Microcrédito Produtivo Grupo A</b>	Agricultores(as) assentados(as) pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), com renda bruta anual de até R\$ 20.000,00 e que não tenha contraído financiamento do PRONAF Grupo A.	Até R\$ 4.000,00, por ano agrícola. Cada assentado poderá fazer até 3 operações.	0,5% ao ano.	Prazo: até 2 anos.  Bônus de adimplência: 50% sobre cada prestação de dívida paga até a data do seu respectivo vencimento. O somatório dos financiamentos concedidos com direito a bônus de adimplência não excederá R\$ 12.000,00.
<b>PRONAF Produtivo Orientado</b>	Agricultores familiares enquadrados nos grupos A, A/C, B e Grupo V (Renda Variável).	Limite individual: Mínimo de R\$18.000,00 e máximo de R\$40.000,00 por operação, por ano agrícola.	2,5% ao ano.  Ou juros pós-fixados (*)	Prazo: até 10 anos, incluídos até 3 anos de carência.  Bônus de Adimplemento: cada parcela da dívida poderá ter bônus fixo de R\$3.300,00, concedido proporcionalmente a cada parcela da dívida paga até o dia do vencimento.

**Quadro 6: Resumo linhas de crédito do PRONAF**

Fonte: BNB (2018). Posição julho/2018